

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

CPOS FAP

2017/2018



TII/TIG

**O PLANO DE ARTICULAÇÃO OPERACIONAL NO ÂMBITO DA
ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE AO TERRORISMO – O
CONTRIBUTO DAS FORÇAS ARMADAS**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

Pedro Tiago da Silva Pereira da Terra

CAP, PA-OFI



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

**O PLANO DE ARTICULAÇÃO OPERACIONAL NO ÂMBITO DA
ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE AO TERRORISMO – O
CONTRIBUTO DAS FORÇAS ARMADAS**

CAPITÃO, PA-OFI Pedro Tiago da Silva Pereira da Terra

Trabalho de Investigação Individual do CPOS - FAP

Pedrouços 2018



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

**O PLANO DE ARTICULAÇÃO OPERACIONAL NO ÂMBITO DA
ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE AO TERRORISMO – O
CONTRIBUTO DAS FORÇAS ARMADAS**

CAPITÃO, PA-OFI Pedro Tiago da Silva Pereira da Terra

Trabalho de Investigação Individual do CPOS - FAP

Orientador: TCor, INF/PARA Rui Jorge Roma Pais dos Santos

Pedrouços 2018



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, Pedro Tiago da Silva Pereira da Terra, declaro por minha honra que o documento intitulado **O plano de articulação operacional no âmbito da estratégia nacional de combate ao terrorismo – o contributo das Forças Armadas** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **CPOS - FAP 2017/2018** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas. Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **19 de junho de 2018**

Pedro Tiago da Silva Pereira da Terra



Agradecimentos

Este trabalho representa o culminar do Curso de Promoção a Oficial Superior, e como tal um somatório de aprendizagem, que não dependeu apenas de mim.

Por esse fato, e porque a aprendizagem é um processo interativo, há que reconhecer e agradecer a todos, os camaradas, professores, entidades, família e amigos que contribuíram para o sucesso deste objetivo, com o seu apoio, partilha de ideias, críticas, incentivos e amizade.

Gostaria de agradecer especialmente ao meu orientador, Tenente-Coronel Pais dos Santos, que de forma rigorosa mas sempre disponível, me ajudou a alcançar o produto final que agora apresento. Por ter compartilhado comigo os seus conhecimentos académicos, teórico-científicos e práticos, pela qualidade das suas críticas, orientações e pela sua incansável dedicação, muitas vezes com prejuízo para a sua vida pessoal e descanso. Um Bem-haja.

À minha mulher Raquel, que de forma permanente me motivou, incentivou, e me ajudou a ultrapassar as dificuldades sentidas durante este período. Pelo carinho e compreensão, obrigado.

Aos meus filhos, por vocês.



Índice

Conteúdo

Introdução	1
1. Enquadramento Conceptual	5
1.1. ENCT	5
1.2. Metodologia	8
2. Forças Armadas no combate ao Terrorismo	12
2.1. Enquadramento Legal	12
2.2. Coordenação e interoperabilidade	14
2.2.1. A Coordenação	14
2.2.2. A Interoperabilidade	15
3. Subsídios para a elaboração do PAO.	17
Conclusões	22
Bibliografia.....	28
Anexo A — Artigo de Valentina Marcelino	
Patrulhas mistas de polícias e militares? Forças Armadas criam grupo de trabalho	Anx- A1
Anexo B — Artigo de Valentina Marcelino	
CEMGFA quer mais cooperação com secretas e polícias	Anx- B1
Anexo C — Artigo de Manuel Carlos Freire	
Polícias passam a fazer segurança em eventos das Forças Armadas	Anx- C1
Apêndice A — Modelo de Análise	Apd- A1
Apêndice B — Matriz de comparação das medidas e objetivos da ENCT.....	Apd- B1
Apêndice C — As Informações nos âmbitos da Estratégia Militar e da Segurança do Estado.....	Apd- C1
Apêndice D — Questionário Aplicado a diversos militares da Força Aérea	Apd- D1
Apêndice E — Análise de entrevistas no EMGFA e na FAP.....	Apd- E1



Resumo

O Plano de Articulação Operacional no âmbito da Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo – O Contributo Das Forças Armadas é o objetivo estratégico do Legislador que entende que as Forças Armadas (FFAA) e as Forças e Serviços de Segurança (FSS) cooperem entre si, criando sinergias e relações formais de comando e controlo, de forma a combater o terrorismo.

Este documento, que serviria de base a este trabalho de investigação ainda não existe, pelo que pretendemos, com a realização deste trabalho, contribuir para que se possa criar um itinerário ou uma ideia de qual o percurso que deverá ser percorrido para que se possa criar esse plano.

Verificamos que, atendendo à complexidade da natureza e carácter das ameaças transnacionais, o plano deve possuir um enquadramento normativo que evite sobreposições, e defina a coordenação, as regras de empenhamento, a interoperabilidade de sistemas e equipamentos, a existência de Oficiais de Ligação que sirvam de intermediários, a identificação das capacidades disponíveis que permitam o duplo uso e evitem duplicações, a possibilidade de harmonizar doutrina, a realização de exercícios, e a partilha de meios e informações.

Concluímos ainda que o Sistema de Segurança Interna (SSI) e as FFAA podem edificar o enunciado Plano, na medida em que os principais contributos que identificámos existem e estão à disposição das referidas entidades.

Palavras-chave

Estratégia, plano, coordenação, interoperabilidade, terrorismo, Forças Armadas.



Abstract

The Operational Articulation Plan under the National Strategy to Combat Terrorism - The Contribution of the Armed Forces is the Strategic Objective of the Legislator who believes that the Armed Forces (FFAA) and the Security Forces and Services (FSS) cooperate with each other, creating synergies and formal relations of command and control in order to combat terrorism.

This document, which would serve as a basis for this research work, does not exist yet. Therefore, with this work, we intend to contribute to the creation of a way or an idea of the path that must be taken in order to create this plan.

We find that, given the complexity of the nature of transnational threats, the plan should have a normative framework that avoids overlaps, and defines coordination, rules of engagement, interoperability of systems and equipment, liaison officers, the identification of available capacities that allow double use and avoid duplication, the possibility of harmonizing doctrine, the exercise of exercises, and the sharing of means and information.

We also conclude that the Internal Security System (SSI) and the FFAA can build that Plan, since the main contributions are identified, exist and are available to these entities.

Keywords

Strategy, plan, coordination, interoperability, terrorism, Armed Forces.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AAN – Autoridade Aeronáutica Nacional

AMN – Autoridade Marítima Nacional

AT – Ameaças Transnacionais

ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil

CCOM – Comando Conjunto para as Operações Militares

CEDN – Concelho Estratégico de Defesa Nacional

CEM – Conceito Estratégico Militar

CEMFA – Chefe de Estado-Maior da Força Aérea

CEMGFA – Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

CeRVI - Centro de Reconhecimento e Vigilância da Força Aérea

CI – Contra-Inteligência

CISMIL – Centro de Informações e Segurança Militares

C2 – Comando e Controlo

CPOS/FA – Curso de Promoção a Oficial Superior da Força Aérea 2017/2018

COA – Comando Operacional dos Açores

COM – Comando Operacional da Madeira

DIPLAEM – Divisão de Planeamento Estratégico Militar

EMA – Estado-Maior da Armada

EME – Estado-Maior do Exército

EMFA – Estado-Maior da Força Aérea

EMFAR – Estatuto dos Militares das Forças Armadas

EMGFA – Estado-Maior General das Forças Armadas

ENCT - Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo



EUA – Estados Unidos da América

FA – Força Aérea

FFAA - Forças Armadas Portuguesas

FSS – Forças e Serviços de Segurança

IC – Infraestruturas Críticas

ISR - Intelligence, Surveillance and Reconnaissance

IUM – Instituto Universitário Militar

LOBOFA – Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas

LOEMGFA – Lei Orgânica do Estado-Maior General das Forças Armadas

LSI - Lei de Segurança Interna

MDN – Ministério da Defesa Nacional⁴

MIFA2014 – Missões das Forças Armadas 2014 - (CSDN de 30 de julho de 2014)

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte (do inglês *North Atlantic Treaty Organization - NATO*)

NBQR – Nuclear Biológica Química e Radiológica

NEP – Norma de Execução Permanente

OE – Objetivo Estratégico

OG – Objetivo Geral

ONU – Organização das Nações Unidas (do inglês *United Nations - UN*)

PAO – Plano de Articulação Operacional

PI – Projeto de Investigação

PJM – Polícia Judiciária Militar

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

RCM – Resolução do Conselho de Ministros



SF 2014 – Sistema de Forças 2014

SGSSI – Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna

SIED – Serviço de Informações Estratégicas de Defesa

SIFICAP - Sistema Integrado de vigilância, Fiscalização e Controlo das Atividades
da Pesca

SIS – Serviço de Informações de Segurança

SSI – Sistema de Segurança Interna

TII – Trabalho de Investigação Individual

UA – Unidades Aéreas

UCAT – Unidade Coordenação Antiterrorismo

UNCT – Unidade Nacional Contra Terrorismo



Introdução

O terrorismo transnacional hoje afigura-se como uma das maiores ameaças à estabilidade e segurança de um país. Como tal, foi preocupação do Governo criar as condições para que todas as Forças e Serviços de Segurança, Forças Armadas e demais entidades com responsabilidades diretas ou indiretas no combate ao terrorismo possam cooperar para que esse combate seja efetivo e eficaz.

Neste momento o continente europeu “vive momentos de elevada exigência em matéria de segurança.” O terrorismo tem encontrado “oportunidade para manifestações extremistas, radicais e de agressões violentas” neste espaço geográfico, constituindo-se como “uma das mais sérias ameaças à subsistência do espaço europeu” (Fazenda, 2016 cit. por Borges, 2016, p. 7).

A nossa investigação subordinada ao tema, “O plano de articulação operacional no âmbito da estratégia nacional de combate ao terrorismo – o contributo das Forças Armadas”, insere-se no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros 7A/2015, que define a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo (ENCT). A ENCT é a base para a coordenação e interoperabilidade de todas as estruturas nacionais com responsabilidade direta e indireta no combate à ameaça terrorista e uma concretização, ao nível nacional, dos imperativos de natureza interna, mas também internacional de combate ao terrorismo.

Os vários Governos têm procurado responder às Ameaças Transnacionais (AT), definindo políticas orientadas para a promoção de um dos objetivos nacionais permanentes, a “liberdade e segurança das populações, bem como os seus bens e a proteção do património nacional.” (Assembleia da República, 2014)

A cooperação das FFAA com as FSS em matéria de segurança interna no âmbito do combate a agressões ou AT, está plasmada em diversa legislação como a Lei de Segurança Interna (LSI) no seu art.º 35º, “As Forças Armadas colaboram em matéria de segurança interna nos termos da Constituição e da lei, competindo ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas assegurarem entre si a articulação operacional”. (Assembleia da República, 2015)

Essa cooperação é novamente reafirmada pelo legislador, não só na LDN, como também no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN). É aprofundado este



conceito na Lei Orgânica do EMGFA (LOEMGFA), e nas Missões das FFAA 2014 (MIFA2014), indo ao encontro da ENCT.

Para o efeito, estas, a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), LOEMGFA e demais legislações que enquadram os diversos serviços com responsabilidades diretas no combate ao terrorismo, indicam que o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI) e o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) devem assegurar entre si a articulação operacional, pelo que deverão elaborar um Plano de Articulação Operacional (PAO).

Para esse efeito, e quando se avalia os vetores por onde essa ameaça pode surgir, por terra, mar, espaço aéreo ou ciberespaço, “as FFAA possuem capacidades únicas, difíceis e onerosas de replicar, que podem ser de grande utilidade no combate a ameaças e agressões terroristas” (Borges, 2016)

Pretende-se aqui identificar os subsídios necessários para a criação e implementação do PAO, nos moldes descritos na ENCT. Pretende-se analisar, articulando os Objetivos estratégicos definidos na ENCT, e de que maneira as FFAA podem coordenar os seus meios e capacidades com as FSS.

Referindo-se ao âmbito da ENCT, a Ministra da Administração Interna à data, Anabela Rodrigues, no sítio da Secretaria Geral da Segurança Interna acrescentava que “a cooperação entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança é aprofundada, tendo em vista os objetivos definidos na Estratégia” (Secretaria Geral da Administração Interna, 2015), enumerando também os seus cinco pilares estruturantes: Detetar, Prevenir, Proteger, Perseguir e Responder.

As ameaças transnacionais, onde se insere também o terrorismo, resultado destes riscos à segurança global, são hoje o foco de muitos governos, e Portugal não é exceção. Embora se verifique bastante preocupação e esforço legislativo, esse esforço ainda não culminou num plano efetivo que articulasse as FFAA e as FSS.

Esta investigação visa a analisar o contributo e subsídios das FFAA para a edificação do PAO, tal como preconizado na ENCT, no combate e irradicação da ameaça terrorista, pelo que o objetivo geral (OG) do presente estudo é contribuir para a edificação de um modelo de articulação operacional entre as FFAA e as FSS no combate ao terrorismo.

Para atingir o OG, definimos os seguintes Objetivos Específicos (OE);



OE1: caracterizar o enquadramento normativo de empenhamento das FFAA e das FSS no combate ao terrorismo;

OE2: identificar os constrangimentos e limitações das FFAA no combate ao terrorismo;

OE3: sintetizar medidas de articulação a adotar pelas FFAA.

A partir deste enquadramento deduzimos a nossa pergunta de partida (PP): De que forma podem as FFAA contribuir para a edificação de um modelo de articulação operacional entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança no combate ao terrorismo? Consequentemente surgem-nos as seguintes perguntas derivadas (PD):

PD1: Como se caracteriza o enquadramento legal do empenhamento das FFAA no combate ao terrorismo?

PD2: Quais os constrangimentos e limitações que existem nas FFAA para fazer face ao terrorismo?

PD3: Quais são as medidas de articulação a adotar pelas FFAA?

Toda a investigação segue uma linha condutora em torno da pergunta de partida e das suas conseqüentes perguntas derivadas, conforme se pode verificar no modelo de análise em apêndice A.

A investigação a realizar delimitar-se-á apenas às FFAA, e ao seu contributo para a ENCT, tal como as condições essenciais à edificação do referido PAO.

Nesta lógica, com a realização do presente trabalho tentaremos contribuir para a construção de um modelo conceptual de articulação operacional entre as FFAA e as FSS que permita, na esfera das FFAA e em caso de necessidade, uma resposta atempada que promova a interoperabilidade dos sistemas e equipamentos, e permita a devida coordenação entre estas organizações.

Assim, este trabalho será dividido em três capítulos, sendo que no primeiro será efetuado um enquadramento conceptual, assim como aborda os principais conceitos que norteiam a ENCT, mais concretamente os objetivos estratégicos definidos, e identificará a metodologia seguida neste trabalho.

No segundo capítulo, abordar-se-á as FFAA no combate ao terrorismo, onde será apresentado um enquadramento legal e delimitados os conceitos de coordenação e interoperabilidade (definidos na ENCT), essenciais para o modelo de análise final e por último confrontar-se-ão as medidas de coordenação e interoperabilidade com os objetivos



estratégicos definidos na ENCT, por forma a identificar o contributo das FFAA para a elaboração do PAO.

No final apresentaremos as conclusões a que chegámos, e respetivas propostas para desenvolvimento deste tema, assim como limitações encontradas.



1. Enquadramento Conceptual

Para compreender o problema pretende-se clarificar e definir alguns dos conceitos que serão utilizados neste estudo. Os conceitos são os pilares do modelo conceptual, orientando a formulação das questões de investigação e servindo de base para o referido estudo (Freixo, 2011 cit. por Santos e Lima, 2016, p. 53).

Considerando a temática que propomos abordar com a realização do presente trabalho, iniciamos com a descrição dos principais conceitos que lhe estão associados. Assim, começamos por delimitar os conceitos que entendemos importantes para analisar e concluir sobre o objeto deste trabalho, a ENCT. Por fim, apresentaremos a metodologia seguida para a estudar o objeto deste trabalho.

1.1. ENCT

Tendo o objetivo de enquadrar a ENCT será necessário enquadrar os seus conceitos. Assim, uma “Estratégia Nacional visa desde logo, a continuidade do Estado, a independência do País e a liberdade da comunidade nacional, no seu conceito mais lato, perante os desafios do sistema internacional, em constante mutação” (Sampaio, et al., 2009, p. 9)

No entendimento de Stolberg *“In some manner, shape, or form, every nation state in the international system has a national security strategy or strategies”* (2012, p. V). Uma Estratégia Nacional terá de ter em conta os desafios, ou ameaças que uma unidade política poderá ter de enfrentar, desenvolvendo as medidas adequadas para providenciar a resposta necessária.

No caso concreto da ENCT, a ameaça é o terrorismo. “O Terrorismo já não se limita a um problema que envolve uma grande diversidade de aspetos internacionais...” (Ferreira, 2006, p.21). Pois, o terrorismo, tal como identificado no CEDN é uma das principais ameaças à segurança nacional, a par da proliferação de armas de destruição massiva, a criminalidade transnacional organizada, a cibercriminalidade e a pirataria (ameaças de natureza global), e relativamente à segurança ambiental, as alterações climáticas, ocorrência de ondas de calor e de frio, atentados ao ecossistema, terrestre e marítimo, pandemias e outros riscos sanitários (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, 2013, pp. 16-17, Lisboa: Diário da República).

“Definir o terrorismo não é apenas um problema teórico, mas sim uma preocupação operacional de primeira ordem para todos aqueles que o procuram eliminar” (Ferreira, 2006, p. 21). A Organização das Nações Unidas (ONU) define este fenómeno como “Atos



criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral, num grupo de pessoas ou em indivíduos para fins políticos” (ONU, 2018). Ou, como formulado por Ganor, “É uma forma de luta violenta na qual a violência é deliberadamente usada contra civis, de modo a atingir objetivos políticos (nacionalistas, socioeconómicos, ideológicos, religiosos, etc.)” (Ganor, 2011, cit. por Borges, 2016, p. 8).

O Global Terrorism Index define terrorismo como *‘the threatened or actual use of illegal force and violence by a non-state actor to attain a political, economic, religious, or social goal through fear, coercion, or intimidation’* (IEP, 2017, p. 6). A NATO define o conceito de terrorismo como *“The unlawful use or threatened use of force or violence, instilling fear and terror, against individuals or property in an attempt to coerce or intimidate governments or societies, or to gain control over a population, to achieve political, religious or ideological objectives”* (NATO, 2016) .

O diploma que dá origem a este trabalho, a ENCT, enuncia que “A atividade terrorista há muito que deixou de ser exclusiva de organizações centralizadas, hierarquizadas e organizadas”. Desenvolve este conceito designando que o terrorismo consiste em “uma ameaça difusa que, nos últimos anos, tem registado um aumento preocupante ao nível mundial e que encontra, na Europa, um terreno fértil para eventuais manifestações extremistas, radicais e de agressões violentas” (Conselho de Ministros, 2015, pp. 1022-(2)). O Terrorismo é porventura o tipo de ameaça transnacional atualmente mais preocupante, com características imprevisíveis e difusas, cujo combate não pode, nem deve dispensar todos os recursos humanos e meios nacionais, quer civis, quer militares.

Neste contexto, entende-se combate ao terrorismo como o “Conjunto de ações tomadas como oposição a todo o espectro desta ameaça” (Ferreira, 2006, p. 91). No âmbito da NATO o contraterrorismo, prevê *“All preventive, defensive and offensive measures taken to reduce the vulnerability of forces, individuals and property against terrorist threats and/or acts, to respond to terrorist acts. In the frame of the NATO Comprehensive Approach, this can be combined with or followed by measures enabling recovery after terrorist acts”* (NATO, 2016).

Consequentemente, a ENCT “funda-se no compromisso de combate ao terrorismo em todas as suas manifestações”, e “respeita a Convenção Europeia dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais do Conselho da Europa, o direito originário da União



Europeia, os princípios constitucionais do Estado Português” e “assenta nos seguintes objetivos estratégicos: detetar, prevenir, proteger, perseguir e responder” (Resolução Concelho de Ministros nº 7-A/2015, 2015, pp. 1022-(2)).

O primeiro objetivo definido é detetar, e passa por “identificar precocemente potenciais ameaças, mediante a aquisição do conhecimento essencial para um combate eficaz”. A ENCT ainda especifica que “a recolha, tratamento e análise de dados e informações e a sua disponibilização recíproca entre entidades responsáveis neste domínio, no território nacional e no estrangeiro, permite antecipar o conhecimento e a avaliação de ofensivas em preparação” (Conselho de Ministros, 2015, pp. 1022-(2)).

Seguidamente o mesmo documento define o objetivo prevenir, ou seja “Conhecer e identificar as causas que determinam o surgimento de processos de radicalização, de recrutamento e de atos terroristas”. Deixando antever que “o domínio dos factos que potenciam a sua expansão permite a adoção de medidas que obstem ao seu surgimento e desenvolvimento” (Conselho de Ministros, 2015, pp. 1022-(2)).

Consequentemente o objetivo proteger é descrito como a forma de “fortalecer a segurança dos alvos prioritários, reduzindo quer a sua vulnerabilidade, quer o impacto de potenciais ameaças terroristas”, tendo o legislador definido que “a proteção concretiza – se no aumento da segurança das pessoas, das fronteiras, da circulação de capitais, das mercadorias, dos transportes, da energia e das infraestruturas críticas, nacionais e ou europeias” (Conselho de Ministros, 2015, pp. 1022-(2)).

De forma a atingir o próximo objetivo, perseguir, será necessário “desmantelar ou neutralizar as iniciativas terroristas, projetadas ou em execução, e as suas redes de apoio”, assim como devem as autoridades “impedir as deslocações e as comunicações e o acesso ao financiamento e aos materiais utilizáveis em atentados e submeter os fenómenos terroristas à ação da justiça” (Conselho de Ministros, 2015, pp. 1022-(4)).

Finalmente para se obter a coordenação e interoperabilidade prevista, a ENCT, enuncia que é necessário “Gerir operacionalmente todos os meios a utilizar na reação a ocorrências terroristas”, “quer ao nível humano, quer ao nível das infraestruturas”. Para isso no seu ponto 6 a ENCT prevê a “coordenação e a interoperabilidade de sistemas e equipamentos, serviços de proteção civil, emergência médica e Forças Armadas”, e prevê o aprofundamento da “cooperação entre as Forças Armadas e as forças e serviços de segurança” (Conselho de Ministros, 2015, pp. 1022-(4)).



1.2. Metodologia

Para atingir o objetivo deste trabalho, metodologicamente, a investigação do trabalho baseia-se, essencialmente, nas orientações do Instituto Universitário Militar (IUM) (Santos e Lima, 2016) e, complementarmente, no livro de Isabel Carvalho Guerra (Guerra, 2006).

Segundo a NEP/ACA-010, o percurso metodológico deve incluir três fases fundamentais: exploratória, analítica e conclusiva (IUM, 2015 a).

A rutura é o primeiro passo do percurso da investigação e é o “primeiro ato constitutivo do procedimento científico” apresentando-se como a intenção de romper com preconceitos e falsas evidências (Quivy e Campenhoudt, 2013, p.26).

O início da fase exploratória apresentou-se com a definição do tema e a aquisição de conhecimentos, ou seja, a definição do estado da arte. Esta foi realizada através de leituras preliminares de fontes primárias e secundárias, nomeadamente em trabalhos de investigação e estudos relativos ao tema, documentação e publicações das FFAA, artigos de opinião sobre o tema.

Para além do recurso à bibliografia, foram igualmente realizadas entrevistas exploratórias, para clarificar e solidificar conhecimentos e, aferir a sensibilidade de abertura das entidades competentes sobre a questão. Deste modo, realizaram-se as seguintes entrevistas, em apêndice E:

Chefe da Repartição de Segurança e Contra informação (RPCI) do Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL);

Chefe da Repartição de Planos da Divisão de Planeamento Estratégico Militar (DIPLAEM);

Chefe da Área de Planos do Comando Conjunto para as Operações Militares (CCOM);

Chefe da Secção de Contra informação da RPCI;

Após esta fase, em que se determinou o objeto de estudo, e de que forma se poderá analisar esse mesmo objeto, partimos para a fase analítica, onde se pretendeu aprofundar os fatos que delimitavam o problema e para isso foi fundamental entrevistar mais alguns especialistas sobre esta temática, e assim houve a necessidade de efetuar mais algumas entrevistas, já mais aprofundadas e com representantes de todos os ramos das FFAA.

Dando seguimento ao necessário aprofundamento, sobretudo tentando perceber melhor a colaboração das FFAA com as FSS, entrevistou-se o MAJ/NAV Pedro Ferreira, Adjunto do Chefe do Centro de Reconhecimento e Vigilância da Força Aérea (CeRVI),



entidade centralizadora entre os agentes que necessitam de Informações e os meios que as obtêm. É guarnecido com militares oriundos de Unidades Aéreas (UA) com meios de *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*

(ISR) ou com ligações à área das Informações, especializados em diferentes áreas, como o planeamento e acompanhamento de missões ou, ao denominado pela doutrina emanada pela NATO, como *Processing, Exploitation and Dissemination* (NATO, 2016).

Paralelamente, às entrevistas realizou-se a aplicação de um questionário ao Major Ferreira e Capitão Pinto, no sentido de registar com mais detalhe as missões e opiniões destes militares quanto às missões que a FAP efetua com a FSS, conforme apêndice D.

Complementarmente, entrevistou-se o MAJ/TOCC Fernando Fatia, Chefe da Área das Informações Militares da Força Aérea (A2), com o intuito de explorar a partilha e o funcionamento das informações militares, e possíveis colaborações com as autoridades.

Tentou-se ainda obter informação junto do Comando Naval, e junto do Estado-Maior do Exército, contudo não foi possível recolher informação junto destes dois ramos.

No entanto, a entrevista com o CMG Santos Amaral, do CCOM, foi bastante profícua, pois permitiu-nos perceber, de forma alargada, a intenção e potencial das FFAA, e qual a intenção do EMGFA, quanto ao empenhamento dos meios e capacidades no combate ao terrorismo.

No final realizou-se a apresentação em que “todos os dados provenientes dos factos observados durante o processo de recolha, devem ser analisados e apresentados de forma a possibilitar uma ligação lógica com o objeto de estudo e o problema da investigação...” (Santos e Lima, 2016, p. 135). No final desta fase atingimos as condições para responder à Pergunta de Partida e suas derivadas e consequentemente, atingir o nosso objetivo geral. A fase conclusiva foi constituída pela avaliação e discussão de resultados, apresentação das conclusões e implicações e contributos para o conhecimento, limitações e recomendações. “Em suma, realizou-se uma retrospectiva das linhas condutoras seguidas, apresentando novos contributos advindos do conhecimento originado pelo trabalho realizado e por último, recomendações às entidades às quais estas se aplicam e considerações de ordem prática” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 293).

Os instrumentos metodológicos utilizados foram a análise documental de diversa legislação, artigos, e trabalhos desenvolvidos anteriormente sobre algumas destas temáticas, e diversas entrevistas, tal como referido anteriormente.



A análise documental permitiu ter uma base fundamentada sobre o tema e objeto, nomeadamente obter referências concretas de autores que já discorreram sobre o tema, criando uma base de partida e um apoio indiscutível para a verificação e preposição de novas perguntas de partida e respetivas hipóteses que se entendem necessárias continuar a estudar.

Este instrumento, porém, verificou-se limitador, pois muitas vezes pode não expressar de forma inequívoca a opinião dos peritos sobre a matéria. Por isso as entrevistas aos especialistas foram não estruturadas, porque tiveram como objetivo buscar informação de forma livre e sem grande limitação quanto às respostas “procurando abranger um amplo leque de temas num registo eminentemente exploratório... [no entanto] explorando de modo exaustivo uma questão ou problema específico” (Santos e Lima, 2016, p. 102), neste caso sobre o objeto de estudo. Este instrumento permitiu que os peritos ou entrevistados pudessem de forma orientada emitir a sua opinião, dando margem a que esta seja interpretada, e permitiu ter a amplitude suficiente para conhecer mais a fundo a realidade sem ferir suscetibilidades ou colocar embaraços à investigação.

Finalmente, efetuou-se uma análise das duas medidas principais da ENCT, no que toca às FFAA, coordenação e interoperabilidade, em cada um dos objetivos estratégicos definidos no mesmo diploma, detetar, prevenir, proteger, perseguir e responder. Dessa análise, retirámos conclusões, sobre os subsídios exigíveis às FFAA para a elaboração do PAO, e respondemos à pergunta inicial proposta e conseguir contribuir para a edificação de um modelo de articulação operacional entre as FFAA e as FSS no combate ao terrorismo, ou seja atingir o OG definido. Consequentemente, demos resposta aos seguintes OE:

OE1: caracterizar o enquadramento normativo de empenhamento das FFAA e das FSS no combate ao terrorismo;

OE2: identificar os constrangimentos e limitações das FFAA no combate ao terrorismo;

OE3: sintetizar medidas de articulação a adotar pelas FFAA.

Após este enquadramento respondeu-se à nossa pergunta de partida (PP): De que forma podem as FFAA contribuir para a edificação de um modelo de articulação operacional entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança no combate ao terrorismo? E às seguintes perguntas derivadas (PD):



PD1: Como se caracteriza o enquadramento legal do empenhamento das FFAA no combate ao terrorismo?

PD2: Quais os constrangimentos e limitações que existem nas FFAA para fazer face ao terrorismo?

PD3: Quais são as medidas de articulação a adotar pelas FFAA?



2. Forças Armadas no combate ao Terrorismo

As FFAA em conjunto com o Poder Político têm desenvolvido um conjunto de normas e orientações estratégicas que determinam a elaboração de um plano que coordene as FFAA e as FSS no combate ao terrorismo. Estas ameaças não se traduzem apenas no plano externo, mas também no plano interno, em que as FFAA devem coordenar com as FSS todos os meios adequados ao combate ao terrorismo, por forma a conseguir de forma eficaz por termo ou evitar, assim como responder a alguma AT.

2.1. Enquadramento Legal

A cooperação das FFAA com as FSS em matéria de segurança interna, no âmbito do combate a agressões ou AT, está plasmada em diversa legislação.

Inicialmente, na Constituição da República Portuguesa, no seu n.º 2 do Art.º 273º, que determina que “A defesa nacional tem por objectivos garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas.” (Assembleia da República, 2005, p. 143).

A LDN, nas d) e e) do n.º 1 do Art.º 24º está previsto que incumbe às FFAA “Executar as ações de cooperação técnico-militar, no quadro das políticas nacionais de cooperação” assim como “Cooperar com as forças e serviços de segurança tendo em vista o cumprimento conjugado das respetivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais” (Lei Orgânica n.º 5/2014, 2014). Articulando com o Art.º 48º da mesma lei, verifica-se novamente a determinação legal para que o CEMGFA e o SGSSI efetuem “a articulação operacional para os efeitos previstos na alínea e) do n.º 1 do art.º 24º”

Seguidamente, analisando a LOBOFA verifica-se que no seu art.º 4º as missões atribuída nas alíneas d) e e) correspondem ao definido superiormente na LDN, competindo às FFAA “Executar as ações de cooperação técnico-militar, no quadro das políticas nacionais de cooperação” e “Cooperar com as forças e serviços de segurança tendo em vista o cumprimento conjugado das respetivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais” (Lei Orgânica n.º 6/2014, 2014, p. 4603), tal como no n.º 2 do art.º 11º está definido como competência do CEMGFA, na alínea d) e e) a “articulação operacional relativa à cooperação entre as Forças Armadas e as forças e os serviços de segurança” assim como definir “as condições do emprego de forças e meios da componente



operacional do sistema de forças no cumprimento das missões e tarefas referidas” no art.º 4º (Lei Orgânica n.º 6/2014, 2014, p. 4606).

No art.º 35º da LSI está definido que “As Forças Armadas colaboram em matéria de segurança interna nos termos da Constituição e da lei, competindo ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas assegurarem entre si a articulação operacional” (Assembleia da República, 2015).

No CEDN, a unidade estratégica, a coordenação e a utilização racional dos recursos, com vista a atingir os objetivos nacionais permanentes, e mais concretamente neste âmbito “o fortalecimento das capacidades da coesão da comunidade nacional, de modo a que se possa prevenir ou reagir pelos meios adequados a qualquer agressão ou ameaça externa” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, 2013, p. 36).

Uma vez que o CEDN dá a orientação para a concretização do Conceito Estratégico Militar (CEM2014), este documento no subponto (7) da alínea a) do ponto 4, define claramente o “emprego das Forças Armadas em cooperação, nos termos da lei, com as FSS em missões de combate ao terrorismo, narcotráfico, defesa de pontos sensíveis, cibersegurança e defesa NBQR, entre outras” (CSDN, 2014a, p. 20), e ainda no mesmo ponto 4, alínea C) subponto (1) referencia o cenário “Vigilância e controlo, incluindo a fiscalização e o policiamento aéreo, dos espaços sob soberania e jurisdição nacional” (CSDN, 2014a, p. 21). Conclui-se da análise a este documento que dois dos objetivos estratégicos enunciados referem-se diretamente à cooperação com as FSS e na ação de combate ao terrorismo e também através dos mecanismos atribuídos ao “Sistema de Autoridade Marítima e da Autoridade Aeronáutica Nacional, de acordo com as competências atribuídas, para assegurar a autoridade do Estado” (CSDN, 2014a, p. 27) .

Consequentemente, o MIFA2014 define como missão M1.7, que as FFAA devem “Cooperar, nos termos da lei, com as forças e serviços de segurança (FSS), a fim de contribuir para a proteção de pessoas e bens, para o combate ao terrorismo e à criminalidade organizada transnacional, para a defesa de infraestruturas críticas e de outros pontos sensíveis, para a cibersegurança e para a defesa contra ameaças Nucleares, Biológicas, Químicas ou Radiológicas (NBQR) (CSDN, 2014b, p. 3). Este documento dá origem ao Sistema de Forças 2014 (SF 2014), documento classificado, e que por esse motivo não se pretende reproduzir, mas que define claramente os meios e valências a atribuir, em regime de complementariedade, e empregar de forma coordenada com as



Forças e Serviços de Segurança as capacidades existentes em exclusividade nas Forças Armadas.

Mais recentemente foi publicada a Diretiva do CEMGFA 2018/2021, que prevê um reforço da articulação das FFAA com as FSS no combate ao terrorismo, mais especificamente, na definição da missão em que, um dos pontos fundamentais refere que “cooperar com as forças e serviços de segurança, tendo em vista o cumprimento conjugado das respetivas missões no combate a agressões e ameaças transnacionais”, assim como na definição da visão do CEMGFA para o EMGFA e as FFAA, durante o seu mandato em que, “uma liderança consciente das FFAA que o país precisa e valoriza e da direção que o EMGFA deve seguir, numa lógica de estreita colaboração, abertura e entreaajuda com os diversos ramos das FFAA, os demais órgãos do Ministério da Defesa Nacional (MDN), e de outras entidades com responsabilidades no âmbito da segurança nacional, designadamente, as que integram o Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), para contribuirmos, de forma positiva e útil, para a Nação que servimos com orgulho, dedicação e competência” (CEMGFA, 2018, p. 21)

2.2. Coordenação e interoperabilidade

A ENCT na sua alínea i) do ponto 6, enuncia os conceitos de coordenação e interoperabilidade, como pontos essenciais a serem atingidos com o PAO, pelo que será importante analisar estes conceitos ao pormenor, por forma a construirmos mais tarde um modelo de análise teórico para a identificação dos subsídios à construção do plano.

2.2.1. A Coordenação

O termo coordenação é um substantivo feminino que deriva do latim *coordinatio* (acto de coordenar) que significa disposição metódica que estabelece relação recíproca ou sucessiva entre coisas ou pessoas. (Priberam Informática, 2018) .

Conforme Barrow, citado por Nevado, coordenação “é uma tentativa de ultrapassar a questão retirando o melhor e mais positivo quer da delegação quer da direcção mais centralizada” especificando que “a tomada de decisão e o poder está à mesma delegado, mas de uma maneira sistematizada e regulada”. (Nevado, 2004, p. 51)

Nevado continuando sobre o mesmo tema cita Neves e descreve coordenação como “uma solução conseguida pelo aumento da formalização como forma de assegurar o controlo” (Nevado, 2004, p. 51)



Considerando a ENCT, no seu nº 5, “competete à Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT) a coordenação dos planos e das ações previstas na presente estratégica” (Conselho de Ministros, 2015, p. 1022 (4)), ou seja podemos deduzir que compete à UCAT estabelecer de forma metódica a relação entre os diversos meios e capacidades, ou entidades para concretizar os objetivos estratégicos definidos na ENCT.

Em relação às FFAA, tal como já referido anteriormente, o Comando Conjunto para as Operações militares (CCOM) “assegura o exercício de comando operacional do sistema de forças e meios da componente operacional do sistema de forças” assim como “a ligação com as forças e serviços de segurança e defesa e a proteção civil, no âmbito das suas atribuições”, competências atribuídas no nº. 3 do artº. 9º da LOBOFA.

Podemos assim, deduzir, que devem ser estes dois órgãos operacionais, que representam o SGSSI e o CEMGFA respetivamente, que devem coordenar os meios e capacidades dos sistemas de forças nacionais para cumprimento das missões definidas na ENCT.

2.2.2. A Interoperabilidade

O termo Interoperabilidade é um substantivo feminino que significa qualidade do que é interoperável, ou a capacidade de um sistema para interagir e comunicar com outro. Liga as palavras inter (exprime a noção de relação recíproca) e operabilidade (capacidade de ser operável) (Priberam Informática, 2018) .

Sayão e Carlos definem, invocando a visão da Ukoln (2005), expressa também por Miller (2000) que a “interoperabilidade pode ser considerada como o processo contínuo de assegurar o desafio da interoperabilidade, procedimentos e cultura de uma organização sejam gerenciados de tal forma que possibilitem a maximização das oportunidades para intercâmbio e reuso de informação” e acrescentam que “a partir dessas definições, fica claro que a interoperabilidade está longe de depender somente de requisitos técnicos – como, por exemplo, o uso de programas e computadores compatíveis” (Sayão e Carlos, 2008).

No AAP – 06 NATO Glossary of Terms and Definitions a NATO convencionou que “*force interoperability as the ability of the forces of two or more nations to train, exercise and operate effectively together in the execution of assigned missions and tasks*” (NSO, 2017, p. 50). E ainda que “*interoperability as the ability to act together coherently,*



effectively and efficiently to achieve Allied tactical, operational and strategic objectives”. (NSO, 2017, p. 64)

No que se entende por interoperabilidade, podemos então definir que será a forma de operar os meios e capacidades em conjunto, de comunicarem de forma eficaz, potenciando o geral, voltando ao início do conceito sistémico, em que a soma das partes é superior ao total, criando-se mais-valia. Pode-se inferir que a interoperabilidade será a capacidade do todos os intervenientes, ou seja as FFAA e as FSS operarem os diversos meios orgânicos de forma conjunta com vista a atingir objetivos comuns, mais concretamente, combater o terrorismo.



3. Subsídios para a elaboração do PAO.

Estabelecendo uma relação entre as duas medidas principais enunciadas na alínea i) do nº 6 da ENCT, “de acordo com o Plano de Articulação Operacional, que contempla medidas de coordenação e a interoperabilidade de sistemas e de equipamentos”, em cada um dos objetivos estratégicos definidos no nº. 3 do mesmo diploma, conforme apêndice B.

Conforme a ENCT prevê no seu objetivo estratégico de detetar, a capacitação das estruturas de produção, coordenação e partilha de informação de forma sistematizada com o intuito de conseguir a atempada deteção envolverá, as informações e segurança militar, contra-informação, tal como Comando e Controlo (C2) Aéreo e Naval, por forma a atingir o nível de coordenação que permitam a atempada deteção. Para esse efeito, tal como expôs Silva Vieira (2018) na sua palestra sobre a interagencialidade, a partilha da informação, nacional e proveniente de agências internacionais, nomeadamente da NATO, já acontece ao nível do CISMIL com o Serviço de Informações de Segurança (SIS) e Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) em reuniões de segurança, tal como se verifica no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), e nos foi confirmado pela palestra ministrada pelo Tenente-Coronel Menezes (2018). Assim como entre outros organismos, nomeadamente a Polícia Judiciária Militar (PJM) e UNCT. Tal como foi perceptível nas entrevistas efetuadas ao Major Ferreira (2017) e Capitão de Mar e Guerra Santos Amaral (2017), também os ramos já criaram linhas de comunicação com a Polícia Judiciária (PJ), tal como o SIS e SIED, no entanto a este nível pressupõe-se que exista uma ação baseada na partilha direta sem uma ação coordenada, ou previamente regulamentada. Para se conseguir a desejada interoperabilidade, será necessário efetuar-se exercícios nacionais combinados, retirar lições e implementar melhorias, nos canais de comunicação e partilha das informações. Tal como Vieira refere, após apresentar os esforços de treino que têm sido levados a cabo entre as FFAA e as FSS, e em que afirma que a evolução passa por “Exercícios, Exercícios, Exercícios”.

Relativamente ao objetivo prevenir, verificou-se que as FFAA, devem estabelecer e manter normas e procedimentos de ação de coordenação no âmbito NBQR utilizando, para isso, as suas capacidades de proteção e sobrevivência da força terrestre, através da companhia de defesa NBQR do Exército e da Força Aérea. Esta ação já acontece ao nível da participação das FFAA e a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) em treinos e exercícios conjuntos, tal como nos demonstrou Vieira.



Para contribuir para o nível de interoperabilidade desejada, na opinião de Vieira (2018), deve-se manter atualizado e em efetividade de aplicação o Plano de Ação Nacional contra ataques NBQR, assim como promover ações de treino conjunto com as entidades civis responsáveis pela implementação dessas medidas de prevenção ao Nível Nacional, tal como preconizado no documento Defesa 2020 (Conselho de Ministros, 2013, p. 7).

Com o intuito de atingir o objetivo proteger, as FFAA podem efectuar de forma capaz a patrulha e vigia dos espaços marítimos e aéreos e reforçando patrulhas no território nacional se e/ou quando solicitado pelas FSS, assim como, modernizando os sistemas e meios de patrulha, vigilância e dissuasão militar em caso de necessidade. Esta coordenação terá de ser definida a montante pelas entidades responsáveis, para que possam ser planeadas, treinadas e estejam claramente definidas as linhas de ação e regras de empenhamento exigíveis no ordenamento jurídico, embora a Autoridade Marítima¹ e a Autoridade Aeronáutica Nacional² já tenham no ordenamento jurídico bases de atuação. Para esse fim, a aquisição de sistemas de C2 que sejam interoperáveis, é fundamental, conforme é intenção pública do CEMGFA conforme anexos A, B e C. No sentido de cumprir este desiderato, é essencial o estabelecimento de procedimentos e canais de partilha de informação, bem como, o exercício das capacidades nacionais combinadas, por forma a retirar lições e implementar melhorias. Este treino permitirá, também, estreitar as relações entre as FFAA e as FSS.

No âmbito da proteção, as FFAA devem colaborar na identificação das infraestruturas críticas (IC), assim como, na elaboração dos planos de proteção das IC civis, e garantindo a proteção e resiliência no interior das IC militares. Ainda neste âmbito, as FFAA, deverão contribuir na elaboração dos planos de proteção contra ciberameaças, garantindo planos de proteção contra este tipo de ofensivas a sistemas militares nacionais, tal como é já bem visível na Diretiva para o EMGFA 2018/2021. Na sequência desta

¹ “Nos termos estatuídos no artigo 2º do Decreto-Lei nº 44/2002, de 02MAR, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 235/2012, de 31OUT, o Almirante AMN é a "entidade responsável pela coordenação das atividades, de âmbito nacional, a executar pela Armada, pela Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM) e pelo Comando-Geral da Polícia Marítima (CGPM), nos espaços de jurisdição e no quadro das atribuições definidas no Sistema da Autoridade Marítima (SAM), com observância das orientações definidas pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN).” (Autoridade Marítima Nacional, 2018)

² “A Lei N.º 28/2013 de 12 de Abril confere à Autoridade Aeronáutica Nacional as seguintes competências: A responsabilidade pela coordenação e execução das atividades a desenvolver pela Força Aérea na regulação, inspeção e supervisão das atividades de âmbito aeronáutico na área da defesa nacional; O exercício dos poderes da autoridade do Estado no espaço estratégico de interesse nacional permanente, na observância das orientações definidas pelo Ministro da Defesa Nacional” (Autoridade Aeronáutica Nacional, 2018)



capacidade, é fundamental a colaboração das FFAA com as FSS na avaliação das vulnerabilidades nacionais em matéria de cibersegurança, propondo e adotando medidas de correção adequadas, para que os sistemas utilizados, assim como os procedimentos de proteção sejam interoperáveis.

No sentido de perseguir, as FFAA poderão contribuir com elaboração dos planos de contingência das Embaixadas, através da realização de missões *Contingency Planning Assistance Team* (CPAT)³. Na mesma linha de ação, as FFAA, deverão colaborar com as FSS, nos termos solicitados, para garantir o reforço a estas em meios marítimos ou aéreos para reprimir atividades terroristas, tal como já acontece, no entanto sem um plano prévio que coordene esta atividade. Deverão também colaborar com diversos organismos nacionais com responsabilidades em matéria de ciberdefesa, a fim de conter ciberataques ou ciberespionagem a sistemas militares (Conselho de Ministros, 2013, p. 17). No sentido de articular as FFAA e as FSS neste âmbito, todas as entidades responsáveis devem-se coordenar num exercício nacional por forma a estabelecer e preparar uma estrutura de articulação operacional e garantir a interoperabilidade dos meios e capacidades a empenhar, tal como aconteceu recentemente no Gabinete Nacional de Segurança⁴.

Finalmente para responder, as FFAA, podem contribuir de forma integrada e ativa para o sistema nacional de gestão de crises, tal como identifica Bartolomeu “acontece na colaboração com a ANPC, em que as FA [Forças Armadas] têm inclusive o estatuto de Agente de Proteção Civil “ (Bartolomeu, 2013, p. 37) , contribuindo com forças e meios no âmbito da cooperação em ações de Proteção Civil, exercitando regularmente a articulação entre as FFAA e a ANPC, para resposta a situações de apoio a pessoas e bens, assim como, situações de indisponibilidade de sistemas de informação críticos, ou, situações de acidente grave ou catástrofe. Esta articulação, basear-se-á, nos termos do plano nacional de emergência de Proteção Civil (ANPC, 2013) e da Diretiva Operacional do CEMGFA nº. 004 de 2016 (CEMGFA, 2016)

Relativamente ao meios, não pretendemos neste trabalho pormenorizar as capacidades e meios a atribuir à missões identificadas, pois classificaria este trabalho, situação que não se pretende, pela pertinência e abertura que se pretende atingir por esta investigação, no entanto, e de forma geral, utilizamos as ideias e o que defende Borges

³ Equipas responsáveis pela elaboração e execução dos planos proteção das Comunidades Portuguesas e Interesses Nacionais no Exterior.

⁴ Vide notícia disponível em <https://www.cncs.gov.pt/recursos/noticias/cnccs-realiza-a-primeira-edicao-do-exercicio-nacional-de-ciberseguranca/>



(2016), que enumera as capacidades que podem ser disponibilizadas pelas FFAA, tal como já identificado por Costa no seu trabalho de investigação (Costa, 2017, pp. 23-24) nomeadamente:

- Defesa antiaérea;
- NBQR;
- Inativação de engenhos explosivos;
- Ciberdefesa;
- Engenharia;
- Vigilância e fiscalização;
- Operações especiais;
- Saúde, transportes, tratamento de águas, informação cartográfica e geoespacial;
- Utilização de pequenos escalões de unidades das FA em apoio e reforço das FSS;
- Informações.

Estas capacidades, devidamente articuladas, no sentido de poderem ser utilizadas e coordenadas com as capacidades e meios à disposição das FSS, serão fundamentais numa utilização racional e criteriosa dos meios escassos à disposição de um país com a dimensão e estrutura económica de Portugal. Ao nível da interoperabilidade, esta só se concretizará se houver, e se conseguir, uma concertação na aquisição, exploração e treino dessas mesmas capacidades, situação que entendemos ser possível, tendo em conta que os objetivos e finalidades são os mesmos.

Vieira (2018, pp. 17-22) diz-nos que a cooperação já existe a diversos níveis, nomeadamente na partilha de informações, na identificação das ameaças à Segurança Militar⁵, assim como nas reuniões mensais de coordenação de Segurança Militar com os representantes do Estado-Maior da Armada (EMA), do Estado-Maior do Exército (EME), Estado-Maior da Força Aérea (EMFA), Comando Operacional do Açores (COA), Comando Operacional da Madeira (COM), PJM, STRIKEFORNATO, Guarda Nacional Republicana (GNR), Polícia de Segurança Pública (PSP), SIED e SIS. Acrescentou ainda que ao nível da preparação das Forças Nacionais Destacadas são ministrados cursos com a PSP, e finalmente através do Ensino e Formação, nomeadamente no IUM, dando como exemplo a formação conjunta com os oficiais da GNR (Vieira, 2018, pp. 17-18).

⁵ RASI que é elaborado com informação prestada pelos representantes da GNR, PSP, SEF, SIED, SIS, CISMIL e Ramos das FFAA e outras Entidades como a PJ ou Ministério Público.



As cooperações entre as FFAA e as FSS são evidentes ao nível da condução de exercícios como o Zarco na Madeira ou o Açor nos Açores, e depois como enunciado por Vieira com a Marinha, enunciando o Plano TEJO, o reforço do Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), a colaboração com a PJ e SEF, na missão FRONTEX, no Sistema Integrado de Vigilância, Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca (SIFICAP), e finalmente a colaboração com a Autoridade Marítima Nacional (Vieira, 2018, pp. 18-22).

Ao nível do exército os diversos planos com a ANPC, como por exemplo o Plano Lira, Aluvião, Célula (NRBQ) e Faunos, revelam já o nível de cooperação e treino que se está a fazer no sentido das FFAA e as FSS, e que será desejável implementar num futuro PAO.

A Força Aérea em colaboração com a ANPC na vigilância dos fogos florestais, assim como a colaboração com a PJ e SEF, em missões relacionadas com o combate ameaças transnacionais (imigração ilegal, tráfico estupefacientes) e que “o seu objetivo final acaba na eliminação de redes ou organizações possivelmente ligadas ao terrorismo” (Ferreira, 2017).

Questionando o Dr. Vieira sobre a dificuldade em concretizar o PAO, e o porquê da demora na construção do mesmo, a resposta baseou-se no fato de se tratar de matérias muito delicadas que envolvem diversos organismos, que se terão de coordenar diversas forças, estabelecendo relações de comando e de hierarquias. No entanto, e não obstante essas dificuldades sentidas até agora, indicou também que em breve haveria novidades na medida em que a SGSSI já tinha elaborado uma proposta do PAO, e que esta proposta já tinha sido enviada aos ramos da FFAA e ao EMGFA, para que estes se pronunciassem sobre este projeto.

A criação de um grupo multidisciplinar, formado com especialistas militares, tal como está neste momento a ser implementado pelo CEMGFA, conforme anexo B, parece ser a resposta a esta intenção, por forma a analisar e trabalhar numa proposta concertada entre todas as entidades. Esta interação permitirá a identificação das necessidades, assim como promoverá a melhor implementação do futuro PAO, uma vez que permitiria desde já efetuar o necessário planeamento futuro de equipamentos, ou reajustamento dos atuais sistemas, por forma a atingir a tão desejada coordenação e interoperabilidade.



Conclusões

O terrorismo hoje afigura-se como uma das maiores ameaças à estabilidade e segurança de um país. Como tal, foi preocupação do Estado Português criar as condições legais para que todas as FSS, FFAA e demais entidades com responsabilidades diretas e indiretas no combate ao terrorismo efetiva e eficaz combater as AT.

Não obstante hoje estarmos cada vez mais preparados e alerta para as diferentes AT que impendem sobre o nosso país, o certo é que ainda não se conseguiram dar todos os passos no sentido de articular os meios e capacidades ao dispor das FFAA e das FSS, para combater esses perigos.

No presente estudo, foi fixado como principal objetivo, identificar e enumerar os subsídios para a edificação de um modelo de articulação operacional entre as FFAA e as FSS no combate ao terrorismo, tendo-se delimitado alguns conceitos considerados fundamentais à compreensão do objetivo geral. Para isso efectuou-se uma ampla pesquisa bibliográfica sobre esta temática, por forma a estabelecer o estado da arte.

Após se determinar o objeto de estudo, partimos para a fase analítica, onde se aprofundou os fatos que delimitavam o problema e para isso foi fundamental entrevistar alguns especialistas sobre esta temática.

Dando seguimento ao necessário aprofundamento, sobretudo tentando perceber melhor a colaboração das FFAA com as FSS, entrevistou-se mais alguns especialistas, com o intuito de aprofundar o conhecimento.

Tentou-se ainda obter informação junto do Comando Naval, e junto do Estado-Maior do Exército, contudo não foi possível recolher informação junto destes dois ramos, diretamente, pelo que a leitura do enquadramento legal foi fundamental.

Por fim atingimos as condições responder à Pergunta de Partida e suas derivadas e consequentemente, atingir o nosso objetivo geral.

Nesta fase conclusiva faremos a avaliação e discussão de resultados, apresentação das conclusões e implicações e, contributo para o conhecimento, limitações e recomendações. Em suma, realizou-se uma retrospectiva das linhas condutoras seguidas, apresentando novos contributos advindos do conhecimento originado pelo trabalho realizado e por último, recomendações às entidades às quais estas se aplicam e considerações de ordem prática.



Os instrumentos metodológicos utilizados foram a análise documental de diversa legislação, artigos, e trabalhos desenvolvidos anteriormente sobre algumas destas temáticas, e diversas entrevistas, tal como referido anteriormente.

A análise documental permitiu ter uma base fundamentada sobre o tema e objeto, nomeadamente obter referências concretas de autores que já discorreram sobre o tema, criando uma base de partida e um apoio indiscutível para a verificação e preposição de novas perguntas de partida e respetivas hipóteses que se entendem necessárias continuar a estudar.

Assim, esta investigação visou a analisar o contributo e subsídios das FFAA para a edificação do PAO, tal como preconizado na RCM 7-A/2015 (ENCT), pelo que o OG do presente estudo era contribuir para a edificação de um modelo de articulação operacional entre as FFAA e as FSS no combate ao terrorismo.

Para atingir o OG, definimos os seguintes OE;

OE1: caracterizar o enquadramento normativo de empenhamento das FFAA e das FSS no combate ao terrorismo;

OE2: identificar os constrangimentos e limitações das FFAA no combate ao terrorismo;

OE3: sintetizar medidas de articulação a adotar pelas FFAA.

A partir deste enquadramento deduzimos a nossa PP: De que forma podem as FFAA contribuir para a edificação de um modelo de articulação operacional entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança no combate ao terrorismo? Consequentemente surgiram-nos as PD.

No respeitante à PD1 (como se caracteriza o enquadramento legal do empenhamento das FFAA no combate ao terrorismo?) conclui-se que a articulação entre as FFAA e as FSS está bastante bem referenciada no quadro legal, não só ao nível da CRP que estabelece no seu n.º 2 do Art.º 273º a forma como se posicionam as FFAA na defesa nacional, assim como na LDN através das alíneas d) e e) do n.º 1 do art.º 24º, que articulado com o art.º 48º da mesma lei, determina que as FFAA cooperem com as FSS no combate ao terrorismo, e determina que o CEMGFA e o SGSSI articulem entre si, operacionalmente, os meios e capacidades com o intuito de combater eficazmente as agressões externas.

Seguidamente, na LOBOFA no seu art.º 4º as missões atribuída nas alíneas d) e e) correspondem ao definido superiormente na LDN, competindo às FFAA cooperar com as



FSS tendo em vista o cumprimento conjugado das respetivas missões no combate a agressões ou AT, tal como no n.º 2 do art.º 11.º está definido como competência do CEMGFA, definir as condições do emprego de forças e meios da componente operacional do sistema de forças no cumprimento das missões e tarefas referidas referida legislação.

Concomitantemente, no art.º 35.º da LSI está definido que as FFAA colaboram em matéria de segurança interna, competindo ao SGSSI e ao CEMGFA assegurarem entre si a articulação operacional.

Aplicando assim estas orientações políticas, no CEDN é definido que as FFAA devem proceder de modo a que se possa prevenir ou reagir pelos meios adequados a qualquer agressão ou ameaça externa, e consequentemente o CEM 2014, no subponto (7) da alínea a) do ponto 4, define claramente o emprego das FFAA e cooperação, nos termos da lei, com as FSS em missões de combate ao terrorismo, narcotráfico, defesa de pontos sensíveis, cibersegurança e defesa NBQR, entre outras. Também estabelece no mesmo ponto 4, alínea C) suponto (1) a atuação das FFAA relativo à vigilância e controlo, incluindo a fiscalização e o policiamento aéreo, dos espaços sob soberania e jurisdição nacional.

Finalmente no documento MIFA2014 está vertido que as FFAA devem cooperar, nos termos da lei, com as FSS, a fim de contribuir para a proteção de pessoas e bens, para o combate ao terrorismo e à criminalidade organizada transnacional, para a defesa de IC e de outros pontos sensíveis, para a cibersegurança e para a defesa contra ameaças NBQR, determinando que o SF seja adequado para fazer face a este enquadramento.

De salientar que o subsequente SF 2014 não foi utilizado neste trabalho devido à sua classificação de segurança, por opção, para permitir a leitura aberta do mesmo.

Assim, podemos deduzir que em termos legais existe suporte para se proceder à elaboração do PAO, e tal como verificámos, na diretiva do CEMGFA 2018/2021, assim como nos anexos A,B e C, dá-nos a clara perceção de que se caminha rapidamente para se atingir esse desiderato.

Em relação à PD2 (Quais os constrangimentos e limitações que existem nas FFAA para fazer face ao terrorismo?) verificámos que neste momento, já existem bastantes interações entre as FFAA e as FSS, no entanto estas baseiam-se sobretudo, conforme pudemos verificar nos questionários ao MAJ Ferreira e CAP Pinto, conforme Apêndice D, em solicitações pontuais, que utilizam o suporte legal no duplo uso das capacidades da



Força Aérea através da AAN, nomeadamente meios aéreos com capacidades ISR. Também foi possível verificar que ainda não existe entendimento quanto à utilização das FFAA, nomeadamente ao nível do C2 destas forças em operação.

Pelo que nos foi indicado pelo MAJ Ferreira, seria ideal um comando definido caso a caso, em que se valoriza a missão, ou seja, definido mediante a complexidade do alvo da missão, dando o comando tático às UB ou sistema de armas e mantendo o controlo operacional nos comandos operacionais dos ramos. De salientar que o CEMGFA, conforme se verifica no anexo B, levanta sérias considerações sobre o comando das FFAA em operação pelas FSS, o que deixa antever que terá de haver uma discussão alargada sobre esta limitação, e que tal como deixámos claro será fundamental na aplicação da medida de coordenação aplicável a todos os objetivos, conforme demonstrado no apêndice B.

Outra limitação levanta-se ao nível da interoperabilidade dos meios, que neste momento não existe, pois cada uma das entidades usa meios e capacidades diferentes, e que só poderá ser ultrapassada, através do treino e exercício frequente entre as FFAA e as FSS. Este é uma das limitações identificadas pelo CAP Pinto, assim como pelo Dr. Vieira, que frequentemente referiram que seria essencial exercitar e treinar os planos e meios de forma conjunta para que retirassem lições e se pudessem estabelecer protocolos de atuação, aliás como se tem vindo a verificar ao nível de alguns planos que já existem na cooperação com a ANPC em matéria de proteção civil.

No tocante à PD3 (Quais são as medidas de articulação a adotar pelas FFAA?) apurámos, não só através da pesquisa bibliográfica mas também pelas respostas que obtivemos em termos das entrevistas concedidas, que, neste momento, as FFAA estão em processo de avaliação, pelo CEMGFA, do modelo proposto pela SGSSI. Este processo deverá tomar em linha de conta o disposto na ENCT, que prevê duas medidas essenciais, coordenação e interoperabilidade, conceitos que tentámos isolar e descrever por forma a identificá-los claramente, contrapondo com os objetivos estratégicos, ou seja, de que forma as FFAA poderiam contribuir para a elaboração do PAO.

Cruzámos essas duas medidas como os referidos objetivos estratégicos, detetar, prevenir, proteger, perseguir e responder, conforme Apêndice A, e deduzimos, que o MIFA 2014 assim como o CEM 2014 já prevêem os meios e capacidades disponíveis nas FFAA, para a concretização desta Estratégia. Falta efetivamente a coordenação, ou seja o



modelo sistematizado de controlo destes meios em reforço ou apoio das FSS. Deduzindo do que foi apresentado por Vieira, mas também pelo que o CEMGFA tem deixado transparecer não só publicamente, através da comunicação social, mas também na sua Diretiva Estratégica para o EMGFA, é clara a intenção que há uma vontade ao mais alto nível de ultrapassar estas dificuldades.

Verificámos que a coordenação, na génese, corresponde ao controlo e articulação operacional deve ser efetuada entre o CCOM e a UNCT, órgãos que por inerência das suas competências legais podem representar o CEMGFA e o SGSSI respetivamente, entidades mandatadas para coordenar e articular entre si os meios e capacidades dos SF nacionais para cumprimento das missões definidas para cumprimento da ENCT.

Coordenação que deve refletir, um sistema organizado que contenha a forma de manter a direção e controlo de todos os meios, de forma protocolada, e que permita a tomada de decisão eficaz, com recurso a todos o poder delegado, e consequentemente articulação operacional eficiente, libertando assim os operacionais para as tarefas que lhes competem.

Concluimos que relativamente à interoperabilidade, no âmbito da ENCT, que é a capacidade de um sistema interagir e comunicar com outro, ou seja interligar dois sistemas de origens diferentes e fazê-los operar com um mesmo propósito, retirando dele o potencial máximo.

Neste sentido, e conforme nos foi apresentado, quer em entrevistas exploratórias, quer nos questionários aplicados, quer ainda em palestras proferidas por oradores que dominam o tema desta investigação, esta interoperabilidade apenas se atinge com muito treino conjunto, ou seja, não basta apenas adquirir sistemas compatíveis. É necessário treinar, por em prática os planos criados, é preciso retirar lições aprendidas, é preciso evoluir e melhorar os planos, evitando erros, e melhorando a respostas dos sistemas, porque como se verificou as AT também evoluem, e por isso é preciso antecipar, partilhar informação.

Como se conclui, percorrendo as repostas às PD, verifica-se que o contributo das FFAA para a elaboração do PAO já está em grande parte identificada, através da legislação apresentada. No entanto, o grande passo que falta, respeita à questão da coordenação e interoperabilidade, que como se apresentou ainda está por definir. Com a recente equipa criada para o estudo da proposta da SGSSI, existe margem para enquadrar e discutir estas



relações de comando, ou seja a forma de coordenar no terreno os meios e capacidades que estão já identificadas e previstas para a implementação da ENCT.

Esta investigação também teve algumas limitações, nomeadamente o fato de alguns documentos serem classificados, o que não permitiu serem inclusos nos dados apresentados, mas que se o fizéssemos teríamos de restringir o acesso a este trabalho. Entendemos que o interesse na investigação estava em encontrar um modelo de concretização de um futuro PAO, ou seja, a estrutura conceptual que seria ideal para a identificação dos meios e capacidades, assim como os processos necessários que deveria conter o PAO.

Sugere-se que após a análise que neste momento acontece com o projeto que foi apresentado pelo SGSSI ao CEMGFA e Ramos das FFAA, que se efetue uma confrontação entre o que são os contributos identificados neste trabalho, com a resposta que for dada a esse projeto pelas FFAA. Certamente, nessa altura haverá mais interlocutores habilitados com informação bastante atual e fundamentada sobre o caminho a seguir.

Será também muito interessante, numa investigação mais complexa, integrar a visão estratégica das FSS, porque no cruzamento das ideias, e conceitos que ambas as Forças têm sobre o combate ao terrorismo, encontrar-se-ão pontos comuns e assim referências mútuas que podem servir de base a uma descoberta profícua neste âmbito.

A articulação operacional entre as FFAA e as FSS não se encerra nesta investigação, e, pelo contrário, entendemos que muito haverá a considerar na elaboração de um futuro PAO. Este tema é extremamente atual e terá muitas evoluções nos próximos tempos, pelo que é muito pertinente o acompanhamento dessas evoluções.



Bibliografia

- AAN, 2018. *Autoridade Aeronáutica Nacional - competências*. [em linha] Lisboa. AAN. Disponível em: <http://www.aan.pt/subPagina-AAN-001.007.002-competencias> [Acedido em 10 05 2018].
- Amaral, C. S., 2017. O contributo das FFAA para a elaboração do PAO [Entrevista] Oeiras (08 12 2017).
- AMN, 2018. *Autoridade Marítima Nacional - Missão e Competências*. [em linha] Lisboa. ANM. Disponível em: <http://www.amn.pt/AMN/Paginas/Missao.aspx> [Acedido em 14 05 2018].
- Anon., 2018. *Conceito.de*. [em linha] Lisboa. Anon. Disponível em: <https://conceito.de/plano> [Acedido em 02 janeiro 2018].
- Assembleia da República, 2005. *Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de agosto - Sétima revisão constitucional*. Diário da República - I Série-A, Volume 155.
- Assembleia da República, 2014. *Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro - Procede à primeira alteração à Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho*. Diário da República, 1.ª série, Volume 167.
- Assembleia da República, 2015. *Primeira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna, modificando a composição do Conselho Superior de Segurança Interna e a organização e o funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorismo* (Lei n.º 59/2015) Lisboa: Diário da República
- Bartolomeu, M., 2013. *Terrorismo: O Papel das Informações Militares*. Trabalho de Investigação do CEMC. IUM.
- Borges, J., 2013. *As Forças Armadas Na Segurança Interna: Mitos E Realidades*. [Em linha] Lisboa. Borges. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/796> [Acedido em 02 Dez 17].
- Borges, J. V., 2016. AS FORÇAS ARMADAS E O COMBATE AO TERRORISMO EM PORTUGAL .In: IUM, 2016. Exercício Lusitano. IUM, 19 de setembro de 2016. Lisboa: IUM.
- Cambridge Dictionary, 2018. *Cambridge Dictionary*. [em linha] Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/coordination> [Acedido em 22 05 2018].
- CEMGFA, 2018. *Diretiva Estratégica do Estado-Maior-General das Forças Armadas 2018 / 2021*. Lisboa: GABCEMGFA.



Conselho de Chefes de Estado-Maior, 2014. *Missões das Forças Armadas 2014*. Lisboa: CEDN.

Conselho de Ministros, 2013a. *Defesa 2020*. (Resolução Conselho de Ministros n.º 26/2013). Lisboa: Diário da República.

Conselho de Ministros, 2013b. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013) Lisboa: Diário da República.

Conselho de Ministros, 2015. *Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo*. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2015), Lisboa: Diário da República.

Conselho de Ministros, 2016. Aprova a Lei de Segurança Interna, modificando a composição, organização e funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorismo. (Decreto Regulamentar n.º 2/2016 de 23 de agosto) Lisboa, Diário da República.

Conselho de Ministros, 2017. Cria o Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional. (Decreto Regulamentar n.º 49/2017 de 24 de maio) Lisboa, Diário da República.

Cordeiro, M. M., 2018. Sistema e Operações de Proteção Civil - Cooperação com as Forças Armadas. In: IUM, Conferência no Âmbito da disciplina de Enquadramento Legislativo. Lisboa, IUM.

Costa, I. A. T. P., 2017. *Participação das Forças Armadas em missões no contexto da Segurança Interna*. Trabalho Individual de Investigação do CPOS – FA. Lisboa: IUM.

Culturama, E., 2018. *Plano - Definição, conceito, significado, o que é Plano*. [em linha] Culturama. Disponível em: <https://edukavita.blogspot.pt/2013/04/plano.html> [Acedido em 2 janeiro 2018].

DN, 2018 a. *CEMGFA quer mais cooperação com secretas e polícias*. [em linha] Lisboa, DN. Disponível em: <https://www.dn.pt/portugal/interior/cemgfa-quer-mais-cooperacao-com-secretas-e-policias-9288283.html> [Acedido em 24 05 2018].

DN, 2018 b. *Patrulhas mistas de polícias e militares? Forças Armadas criam grupo de trabalho*. [em linha] Lisboa. DN. Disponível em: <https://www.dn.pt/portugal/interior/patrulhas-mistas-de-policias-e-militares-forcas-armadas-criam-grupo-de-trabalho-9371601.html> [Acedido em 24 05 2018].

DN, 2018 c. *Polícias passam a fazer segurança em eventos das Forças Armadas*. [em linha] Lisboa, DN. Disponível em: <https://www.dn.pt/portugal/interior/policias-passam-a-fazer-seguranca-em-eventos-das-forcas-armadas-9290358.html> [Acedido em 24 05 2018].



- Ferreira, M. N. P., 2017. O contributo das FFAA para a elaboração do PAO [Entrevista] Mosanto (15 12 2017).
- Ferreira, A., 2006. O Novo Terrorismo. Lisboa: Prefácio.
- IEP, 2017. *Study of Terrorism and Responses to Terrorism (START)*, Maryland: Institute for Economics & Peace.
- IUM, 2015 a. *NEP ACA-010 - Trabalhos de Investigação*. Lisboa: IUM.
- IUM, 2015 b. *NEP ACA-018 – Regras de Apresentação e Referenciação para os trabalhos escritos a realizar no IESM*. Lisboa: IUM.
- IUM, 2016. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: IUM.
- MDN, 2014. *Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) – (Decreto-Lei n.º 184/2014)*. Lisboa: Diário da República.
- Meneses, A., 2017. Coordenação dos Serviços de Informações Militares e Cíveis [Entrevista] Restelo (26 outubro 2017).
- Menezes, T. A., 2018. *As Informações [Militares] nos âmbitos da Estratégia Militar e da Segurança do Estado*. In: IUM, Conferência no Âmbito da disciplina de Estratégia Nacional. Lisboa, IUM.
- NATO, 2016. *AJP - 2.7 Allied Joint Doctrine for Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*. Edition A Version 1 ed.. Bruxelas: NSO.
- NATO, 2016. *NATO's military concept for defence against terrorism*. [em linha] Bruxelas, NATO. Disponível em: https://www.nato.int/cps/ic/natohq/topics_69482.htm [Acedido em 15 12 2017].
- Nevado, P. M. S., 2004. *O Controlo e a Coordenação na Gestão Internacional das Empresas Multinacionais : O caso das Empresas Portuguesas*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão.
- NSO, N., 2017. *NATO GLOSSARY OF TERMS AND DEFINITIONS (ENGLISH AND FRENCH)*. 2017 ed. s.l.:NATO NSO.
- ONU, 2017. *Declaração sobre Medidas para eliminar o Terrorismo Internacional*. [Em linha] NY, ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/terrorismo> [Acedido em 02 Dez. 2017]



- ONU, 2018. *A ONU e o terrorismo*. [em linha] NY. ONU Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/terrorismo/> [Acedido em 15 12 2017].
- PGR, 2001. *Parecer P001472001*. [em linha] Lisboa . PGR. Disponível em: http://www.gde.mj.pt/pgrp.nsf/7fc0bd52c6f5cd5a802568c0003fb410/b9cf4527aefab79980256ae900476b60?OpenDocument#_Section1 [Acedido em 15 05 2018].
- Pinto, C. I., 2018. *A utilização dos meios ISR em missões em coordenação com as FSS* [Entrevista] Pedrouços (24 05 2018).
- Porto Editora, 2003-2018. *cooperação (sociologia) in Artigos de apoio Infopédia*. [em linha] Lisboa. Porto Editora Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$cooperacao-\(sociologia\)](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$cooperacao-(sociologia)) [Acedido em 06 05 2018].
- Priberam Informática, S., 2018. *Priberam Dicionário*. [em linha] Lisboa. Priberam Informática. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/coopera%C3%A7%C3%A3o> [Acedido em 06 05 2018].
- Quivy, R., Campenhoudt, L., 2013. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva
- Sayão, L. e Carlos, M., 2008. *O desafio da interoperabilidade e as novas perspectivas para as bibliotecas digitais*. Brasil: Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Sampaio, J e Soares, M e Eanes, R., 2009 - *Contributos para uma Estratégia Nacional*: Lisboa: Edições Prefácio.
- Santos, L. B. e Lima, J. V., 2016. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: IUM.
- SEGMAI, 2015. *Estratégia Nacional de Combate ao terrorismo*. [Em linha] Lisboa: SEGMAI. Disponível em: <https://www.sg.mai.gov.pt/Noticias/Paginas/Estrat%C3%A9gia-Nacional-de-Combate-ao-terrorismo-.aspx> [acedido em 02 Dez. 2017].
- Silva, T. M. G., 2015. *A Ameaça Terrorista em Portugal*. Tese de Doutoramento em Relações Internacionais. Universidade Nova de Lisboa.
- Stolberg, A., 2012. *How Nation-States Craft National Security Strategy Documents*. EUA: Strategic Studies Institute Monograph.
- Valente, M., 2017. Entrevista Exploratória sobre as responsabilidades do EMGFA na condução do contributo das FFAA para o PAO. [Entrevista] Restelo (26 outubro 2017).
- Vieira, D. S., 2018. *Interagencialidade Nacional - A cooperação entre as Forças e*



Serviços de Segurança e as Forças Armadas. In: IUM, Conferência no Âmbito da disciplina de Estratégia Nacional. Lisboa, IUM.



Anexo A — Artigo de Valentina Marcelino

Patrulhas mistas de polícias e militares? Forças Armadas criam grupo de trabalho



O Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas pediu aos ramos que analisassem a proposta da secretária-geral do SSI

| JOSÉ SENA GOULÃO / LUSA

A proposta da "superpolícia" para envolver militares na prevenção do terrorismo ainda não tem luz verde das Forças Armadas

O Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), António Silva Ribeiro, criou um grupo de trabalho com os ramos - Exército, Força Aérea e Marinha - para analisar a proposta da secretária-geral do Sistema de Segurança Interna (SSI), Helena Fazenda, que visa definir as regras de participação dos militares em operações de segurança interna, em casos de ameaça grave, como o terrorismo.

Helena Fazenda esteve esta quarta-feira no parlamento a esclarecer os deputados sobre este projeto, numa audição conjunta das comissões de Assuntos Constitucionais e da Defesa, requerida pelo PSD. Na reunião, que foi à porta fechada, a secretária-geral confirmou que



o documento que enviou ao CEMGFA - "Orientações para os Mecanismos de Cooperação entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança" - trata de um conjunto de diretrizes, que mereceram o acordo das forças e serviços de segurança que integram o SSI, e que terá agora de ser apreciado e alvo de parecer dos militares. Só depois disso, avisou, haverá um plano finalizado.

Fonte do CEMGFA que está a acompanhar estes trabalhos, adianta que depois do grupo de trabalho apresentar as suas conclusões, estas serão analisadas pelos chefes dos ramos e apresentadas ao SSI, não estando prevista uma resposta antes de final do próximo mês de junho.

A audição da secretária-geral foi pedida na sequência de uma notícia do DN, que dava conta da existência destas propostas para abrir caminho às patrulhas mistas, com militares de polícias, para reforçar a segurança do país, como acontece em diversos países europeus.

Helena Fazenda entende que, caso as forças de segurança não tenham os meios humanos necessários e mais adequados para responder a uma ameaça, os militares devem reforçar as polícias, quer com meios (comunicações, instalações e transportes), quer em patrulhas de vigilância, sempre sob o controlo operacional da força policial responsável pela operação e limitadas no tempo.

Por seu lado, Silva Ribeiro já manifestou disponibilidade para esta inédita colaboração - registada até na diretiva operacional aprovada em abril - mas os militares têm duas "linhas vermelhas": controlo operacional da força de segurança sim, comando terá de ser o da hierarquia militar; segunda, quando forem chamados para reforçar as patrulhas policiais, os militares terão que estar armados. A questão do comando tem sido, nos últimos anos, o ponto fulcral desta questão, não tendo sido conseguido até agora um acordo. Mas agora, com o terrorismo, este entendimento tornou-se urgente, sob risco de, caso surja uma ameaça grave, não esteja definida esta organização das forças.

A demora na aprovação e entrada em vigor do Plano de Articulação Operacional das Forças Armadas e das polícias, bem como de outros seis que estão previstos na Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo (ENCT) desde 2015, tem preocupado particularmente os deputados sociais-democratas e do CDS. Já fizeram mesmo aprovar um projeto de



resolução em que a Assembleia da República recomenda ao governo que conclua estes planos.

Helena Fazenda foi também questionada pelos deputados sobre este atraso. A secretária-geral admitiu que estão quatro planos em fase mais adiantada, a ser alvo de contributos das forças de segurança: articulação com a Forças Armadas, prevenção da radicalização, proteção da infraestruturas críticas e comunicação. Mais atrasados estão os planos contra ciberameaças, ataques químicos, radiológicos e nucleares e o de proteção das comunidades portuguesas no estrangeiro, todos da ENCT. (Diário de Notícias, 2018a)



Anexo B — Artigo de Valentina Marcelino

CEMGFA quer mais cooperação com secretas e polícias



O CEMGFA, Silva Ribeiro, já manifestou "toda a disponibilidade" para reforçar as polícias

| MIGUEL A. LOPES / LUSA

Aprofundar a "cooperação operacional" com o SSI e o SIRP é um objetivo estratégico definido na diretiva de ação das Forças Armadas para 2018/2021

"Aprofundar a cooperação operacional com o Sistema de Segurança Interna (SSI) e o Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP)" é um dos objetivos estratégicos da diretiva de ação das Forças Armadas para o triénio 2018/2021, defendido pelo Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), Silva Ribeiro. O efeito pretendido é "melhorar a eficiência e a eficácia nas missões e operações interagências", adiantou ao DN fonte do comando militar que esteve envolvida na preparação desta diretiva. O objetivo, acrescenta "visa reforçar a articulação e a cooperação civil-militar nas atividades, missões e operações interagências, a nível nacional e internacional".



Com as secretas, Silva Ribeiro, que já foi diretor de operações do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), pretende cumprir este objetivo "através de iniciativas conjuntas nos domínios da formação e da partilha de informações, e de por exemplo realizando exercícios com diversas entidades". Com as polícias, a sua ideia é "aumentar a colaboração e articulação", por um lado, "desenvolvendo um plano de articulação operacional para atuação no combate a agressões ou ameaças transnacionais, em conjunto com a Secretária-Geral do SSI", por outro, "desenvolvendo a articulação operacional para a proteção de infraestruturas críticas nacionais", também com o SSI, incluindo a realização de exercícios conjuntos "que permitam validar o plano".

Patrulhas mistas por definir

Há uma semana, recorde-se, a secretária-geral do SSI recebeu pela primeira vez Silva Ribeiro e os militares tinham a expectativa de vir a conhecer o plano de Helena Fazenda para a articulação entre as forças de segurança e as Forças Armadas. Mas tal não aconteceu. As "Orientações para os Mecanismos de Cooperação entre as Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança" são já do conhecimento dos chefes das polícias, mas não dos militares.

Conforme o DN noticiou, o SSI defende as patrulhas mistas, em caso de ameaça grave, com os militares subordinados ao "controlo operacional" das polícias. Questionado sobre a sua posição, o gabinete do CEMGFA revelou que "não conhece os termos e as eventuais propostas concretas do SSI" pois "ainda não recebeu a proposta. Por isso desconhecemos". Fonte oficial adiantou que "quando as propostas chegarem serão analisados e dados os contributos ao SSI".

Confrontado com o desconhecimento do CEMGFA, o gabinete de Helena Fazenda replica que "os trabalhos, no âmbito desta matéria, decorrem de acordo com a articulação e o planeamento delineado" entre o SSI e o EMGFA. (Diário de Notícias, 2018 b)



Anexo C — Artigo de Manuel Carlos Freire

Polícias passam a fazer segurança em eventos das Forças Armadas



O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, empossou o almirante Silva Ribeiro como CEMGFA a 1 de março.

Medida consta da diretiva estratégica aprovada pelo chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, almirante Silva Ribeiro, para implementar até 2021.

As forças de segurança vão passar a garantir a segurança de eventos organizados pelas Forças Armadas, assim como realizar ações de formação conjunta com os militares, para reforçar a atuação conjunta em território nacional.

Estas medidas, que visam aprofundar a cooperação operacional entre a instituição militar e os sistemas de Segurança Interna (SSI) e de Informações da República Portuguesa (SIRP), constam da diretiva estratégica do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) divulgada esta sexta-feira.

"Incrementar a colaboração e a articulação operacional com as Forças e Serviços de Segurança, através de ações de formação conjunta, partilha de informações e



implementação de medidas de segurança em eventos das Forças Armadas" é a primeira das cinco linhas de ação para o EMGFA concretizar a cooperação com as autoridades responsáveis pela segurança interna e serviços secretos.

O almirante Silva Ribeiro, ao contrário dos antecessores no cargo de chefe do EMGFA (CEMGFA), reconhece a prevalência das autoridades civis sobre os militares nas missões em território nacional, traduzida na subordinação operacional às polícias.

Daí que só agora, ao fim de 10 anos é que estão a ser definidos - entre a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna e o CEMGFA - os mecanismos de cooperação entre as FA e as Forças e Serviços de Segurança a aprovar pelo Governo, como determina a Lei de Defesa Nacional.

"O papel das FA é de apoio às forças e serviços de segurança", estando fora de questão terem autoridade própria para usar armas ou disparar no espaço público e a exemplo do que ocorre em países como a França ou a Bélgica. "É assim que vai ser em Portugal", sublinhou o CEMGFA no início deste mês.

Quanto à diretiva agora publicada, são estabelecidos nove "objetivos estratégicos" a atingir pelo EMGFA durante os três anos de mandato do seu atual chefe, almirante Silva Ribeiro, em funções desde março.

Fortalecer as capacidades operacionais das Forças Armadas, otimizar o apoio dos militares às autoridades de proteção civil, dinamizar a implementação da capacidade de ciberdefesa nacional, potenciar a Academia de Comunicações e Informação da NATO (em Oeiras), reestruturar os órgãos do EMGFA, melhorar o sistema de saúde militar, reforçar as capacidades e o reconhecimento externo do Instituto Universitário Militar são alguns desses objetivos.

A definição desses objetivos baseou-se na análise das potencialidades, vulnerabilidades, oportunidades e ameaças identificadas pelos responsáveis militares. "Reforçar a credibilidade" das Forças Armadas, "superar as dificuldades" ao nível dos recursos humanos e materiais, "aproveitar todas as oportunidades existentes" são as grandes orientações estratégicas apontadas por Silva Ribeiro. (Diário de Notícias, 2018 c)



Apêndice A — Modelo de Análise

Objetivo	Questão	Enquadramento	Análise de resultados
Geral: Contribuir para a edificação de um modelo de articulação operacional entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança no combate ao terrorismo.	Central: “Quais os contributos para a edificação de um modelo de articulação operacional entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança no combate ao terrorismo?”	Conclusões	Apresentação e análise dos resultados. Apresentação e análise temática das entrevistas não estruturadas, realizadas a
OE1: Caracterizar o enquadramento normativo de empenhamento das FFAA no combate ao terrorismo	PD1: Como se caracteriza o enquadramento legal do empenhamento das FFAA no combate ao terrorismo?	Capítulo 1.	militares com cargos relacionados com as matérias abordadas. Interpretação dos resultados face às conclusões retiradas
OE2: Identificar os constrangimentos e limitações das FFAA no combate ao terrorismo	PD2: Quais os constrangimentos e limitações que existem nas FFAA para fazer face ao terrorismo?	Capítulo 2.	do enquadramento teórico apresentado e legal analisado.
OE3: Sintetizar medidas de articulação a adotar pelas FFAA	PD3: Quais são as medidas de articulação a adotar pelas FFAA?		



Apêndice B — Matriz de comparação das medidas e objetivos da ENCT

	Coordenação	Interoperabilidade
Objetivos		
Detetar	Promover estruturas de produção, coordenação e partilha de informação. Intensificar a cooperação, no plano operacional, entre todas as entidades competentes, explorando em toda a sua plenitude o potencial das tecnologias de informação e de comunicação. Criar modelos sistematizados de partilha de informação, como o RASI e reuniões de Segurança.	Efetuar exercícios nacionais combinados, retirar lições e implementar melhorias. Treino, exercícios nacionais e conjuntos, SIRP, FFAA e FSS.
Prevenir	Manter atualizado e em efetividade de aplicação o Plano de Ação Nacional contra Ataques Nucleares, Biológicos, Químicos e Radiológicos;	Efetuar exercícios nacionais combinados, retirar lições e implementar melhorias.
Proteger	Patrulhar e vigiar espaços marítimos e aéreos. Reforçar patrulhas no território nacional se/quando solicitado pelo SSI. Modernizar sistemas e meios de patrulha, vigilância, dissuasão e ação militar em caso de necessidade. Coordenar aquisição de sistemas de comando e controlo para que sejam interoperáveis. Desenvolver um registo central de identificação de IC, em todos os setores de atividade económica e social, e prover	Reduzir vulnerabilidades na segurança das fronteiras, incrementando a interoperabilidade entre todos os sistemas de controlo. Estreitar relações entre órgãos de Comando e Controlo; Colaborar na elaboração dos planos de proteção das IC civis. Garantir planos de proteção e resiliência no interior das IC militares; Colaborar na elaboração dos planos nacionais de proteção contra ciberameaças. Garantir planos de proteção contra



	à sua atualização; Implementar o Plano de Ação Nacional para a Proteção contra as Ciberameaças;	ciberameaças a sistemas militares nacionais.
Perseguir	Desenvolver o Plano para a Proteção das Comunidades Portuguesas e Interesses Nacionais no Exterior colaborando com as Embaixadas, através da realização de missões da <i>Contingency Planning Assistance Team</i> (CPAT). Colaboração e articulação ente os vários intervenientes e responsáveis nas áreas da cibersegurança, ciberespionagem, ciberdefesa e ciberterrorismo;	Executar exercícios regulares no âmbito da coordenação, controlo e comando operacional das forças e serviços de segurança, sobre incidentes tático-policiais que envolvam ações de natureza terrorista;
Responder	Operacionalização de um efetivo sistema nacional de gestão de crises; Reforçar a cooperação e a colaboração com todos os agentes de proteção civil e de emergência médica;	Executar ações que permitam exercitar os procedimentos e a articulação entre os diversos atores e desenvolver os mecanismos de interoperabilidade que permitam uma resposta pronta e eficaz a ocorrências terroristas, incluindo sistemas de informação críticos face a ciberataques;



Apêndice C — As Informações nos âmbitos da Estratégia Militar e da Segurança do Estado

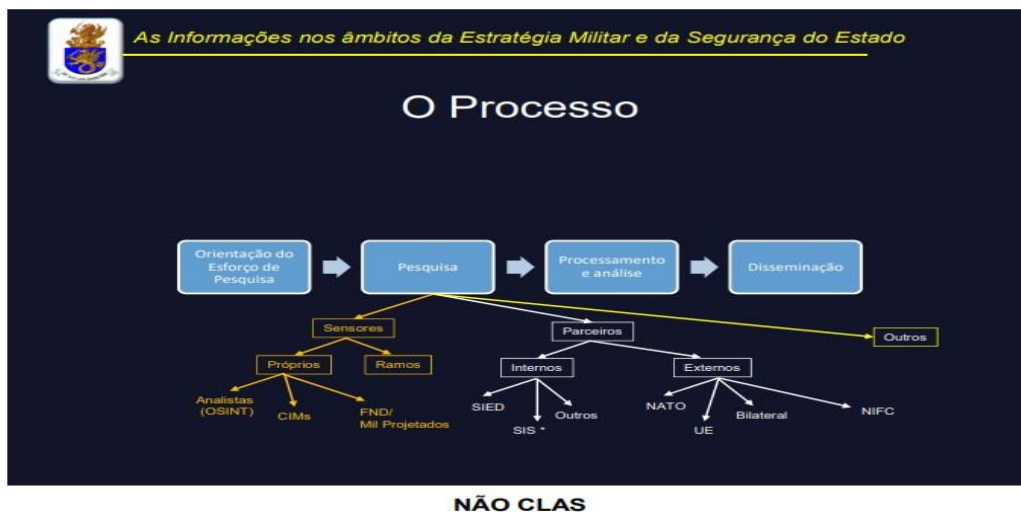


Figura 1 – Slide 14 (Menezes, 2018)

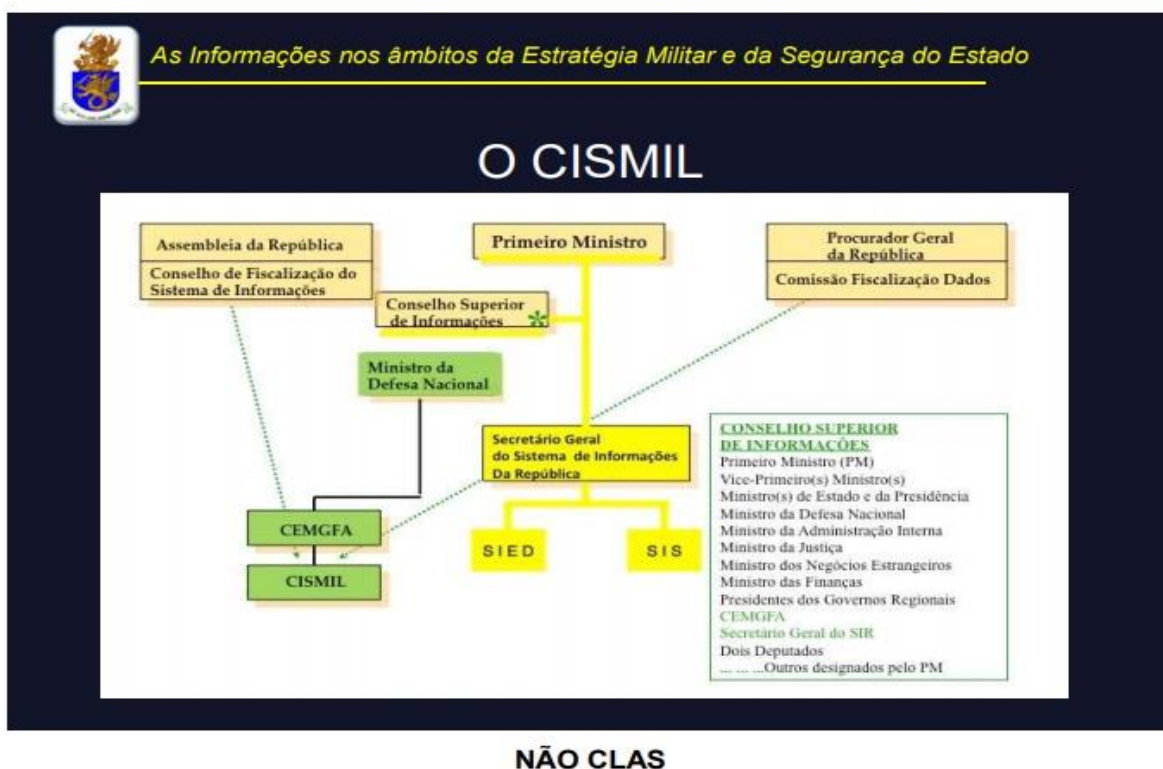


Figura 2 - Slide 9 (Menezes, 2018)



Apêndice D — Questionário Aplicado a diversos militares da Força Aérea

No âmbito do trabalho subordinado ao tema “O PLANO DE ARTICULAÇÃO OPERACIONAL NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE AO TERRORISMO – O CONTRIBUTO DAS FORÇAS ARMADAS”, o discente do CPOS 2017/2018, CAP/PA 129413-L Pedro Terra da FAP, vem por este meio colocar as seguintes questões, tendo presente à partida que reflectem a opinião dos entrevistados, sem prejuízo da posição oficial dos Ramos das Forças Armadas a que pertencem.

Questão 1 - À luz da Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, em que prevê a existência de um plano de articulação operacional entre as Forças Armadas e a Forças e Serviços de Segurança, se existe, e quais são atualmente as missões ou dispositivos que o Ramo emprega no combate ao terrorismo? É uma missão isolada, ou em coordenação com alguma Força ou Serviço de Segurança?

Questão 2- Quais são, na sua opinião, os meios, capacidades ou dispositivos de forças que deviam ser previamente estabelecidos ou planeados, na elaboração e empenhamento num futuro plano de articulação operacional de combate ao terrorismo, para cooperação com os diversos serviços que concorrem para o combate ao terrorismo?

Questão 3 – Como entende que devia funcionar o controlo operacional desses meios e forças envolvidas? Em termos gerais quem são os comandos, órgãos ou serviços que deviam intervir no processo de planeamento e comando operacional das missões/operações, e finalmente quem devia ter o comando táctico dessas missões?

Adjunto do Chefe do CeRVI MAJ Navegador Pedro Ferreira – 17/05/2018

Resposta Q1: As missões que podemos falar são as que estão definidas nas competências de cada uma das esquadras e aplicáveis ao emprego do duplo uso das FFAA, claro que todas relacionadas com o policiamento executado pelos meios aéreos ou seja policiamento aéreo, tal como está definido na constituição.

Os meios utilizados, são todos os meios com capacidades ISR, embora o OPCOM poderá usar outros meios em benefício de missões e/ou operações, visto que estamos com todo o SA dos meios aéreos (comando centralizado vs execução descentralizada).

Mais especificamente, temos vários exemplos de cooperação efetiva com as forças de segurança em diversos eventos de importância (Euro 2004, Visita Papa Francisco 2017,



...). Claro está que existem outros tipos de cooperação tática e/ou operacional que o seu objetivo final acaba na eliminação de redes ou organizações possivelmente ligadas ao terrorismo.

Resposta Q2: Mais uma vez os meios serão primariamente os meios com capacidades ISR, mas poderão ser utilizados outros. As capacidades serão as descritas em cada um dos meios, embora possa haver outras classificadas. Na maioria das operações, é de salientar 3 tipos de postura: Covert, Overt e uma terceira que é Overt/Covert ou Covert/Overt (na maioria depende dos objetivos).

Planos? Sim, mas de uma forma muito geral. Como todos sabemos o paradigma de ameaça está em constante alteração em função da mais incrível da imaginação do oponente. Ou seja, será humanamente impossível criar todos os planos de execução que possam cobrir todas as hipóteses possíveis. Assim sendo, acho que planos de cooperação a nível estratégico ou mesmo operacional, como são relativamente generalistas, poderão ser criados, mas a nível Operacional/Tático devem ser deixados ao critério da coordenação/cooperação caso a caso.

Resposta Q3: OPCON? Bem, tenho uma opinião muito própria sobre o assunto. Passo a explicar:

Cada órgão, cada entidade, cada ramo terá a sua estrutura de “Comando Completo a TACON” e mesmo dentro de uma determinada estrutura do ramo, poderemos ter os diversos níveis de hierarquia/decisão. Confuso? Vamos a exemplos:

EMGFA terá todos os níveis de decisão; Força Aérea, ao seu nível terá igualmente todos os níveis de decisão (claro que não terá todas as valências do Comando Completo, mas algumas); Comando Aéreo, terá todos os níveis de decisão de OPCOM para baixo; UB/Esquadra terão todos os níveis de decisão maioritariamente de TACOM para baixo.

Os mesmos problemas terão as diversas classificações de estratégicas, operacionais ou táticas, mesmo dentro do mesmo ramo poderão/deverão ter essas classificações.

Assim sendo, como primeiro passo será de classificar o problema dentro do ramo/estrutura. Claro que o mesmo problema poderá ter que ser levado a diferentes níveis de resolução. Ainda mais confuso? Vamos esmiuçar mais exemplos:

O MAI e o MDN despacham em conjunto um memo de cooperação numa determinada operação;



O EMGFA irá criar ao seu nível uma DIROP, com suporte de todas as suas unidades, incluindo o CCOM (OPCOM);

A FA irá criar uma diretiva com todo o apoio das suas unidades, OPCON para baixo;

Internamente na FA, a mesma diretiva terá os 3 níveis de decisão, sendo o CEMFA a decisão estratégica com a respetiva assinatura;

O CA fará o mesmo, sendo o seu estado-maior o elemento que terá o poder de decisão estratégico ao seu nível;

E assim sucessivamente...

Em coordenação Operacional entre a FA, a Marinha e outra entidade, existe sempre a necessidade da tomada de decisões, assim sendo;

Ao seu nível, cada ramo efetua a sua;

Descendo aos diferentes níveis de coordenação, vamos à coordenação operacional:

Mesmo nesta, que eu normalmente estou envolvido, tem diferentes níveis de decisão;

- Decisão estratégica, GEN Comandante Aéreo;
- Decisão operacional, COR COA;
- Decisão tática, CeRVI.

Descendo aos diferentes níveis de coordenação, vamos à coordenação tática:

- Decisão estratégica, CeRVI;
- Decisão operacional, UB ou CmdtEsq;
- Decisão tática, MC.

CAP Navegador Inácio Pinto, Chefe da Seção de Vigilância e Reconhecimento – 18/05/2018

Questão Q1 - No que diz respeito a um plano formal, por escrito, não posso afirmar que exista porque as minhas funções, e as missões da Esquadra 502 são orientadas para o plano tático. Existe sim a colaboração com outras entidades promovendo o duplo uso das aeronaves, não só o C-295M como também o P-3C Cup+ ou EH-101.

Esta colaboração é quase como que permanente e acontece nos variados domínios, quer seja a cooperação militar com outros ramos das FFAA ou as várias entidades das FFSS ou outras.

Na missão do combate ao terrorismo, a coordenação é feita com a Unidade Nacional Contraterrorismo (UNCT) da PJ. As missões com coordenação direta e direcionadas apenas para este tipo de modalidade são muito pontuais, talvez porque o nível de ameaça



não justifique a aplicação do meio aéreo com regularidade ou como meio de vigilância preventiva. Não obstante, os operadores dos sistemas de vigilância são treinados para operação multimiissão, ou seja, estão preparados para detetar e reagir a qualquer tipo de ação suspeita quer seja no âmbito da fiscalização de pescas, migração irregular ou atividades ilícitas onde se insere o combate ao terrorismo.

Questão Q2- Em primeiro lugar deve apostar-se no fator humano. Este tipo de operação sustenta-se na cooperação entre as diversas entidades e para que a cooperação exista é necessário estabelecer redes assentes na confiança. Para tal é necessário que quer o CeRVI que estabelece os contactos, quer as Esquadras que recolhem os resultados, vejam os seus módulos de pessoal, no mínimo preenchidos (nas Esquadras os módulos dos operadores rondam a metade do que está estabelecido).

Em segundo lugar deve apostar-se em redes de comunicação (voz e dados) mais robustas, seguras, e com níveis de desempenho capazes de cumprir com as necessidades atuais, entre as várias entidades agências envolvidas.

Em terceiro lugar deve apostar-se na atualização dos sistemas das aeronaves, para que sejam capazes de fornecer produtos operacionais com qualidade e compatíveis com os vários sistemas existentes. Também neste capítulo, a FA já deveria ter uma Esquadra de RPAS ou UAS, mesmo que fosse com um sistema modesto, para ganhar experiência e conhecimento numa capacidade que inevitavelmente terá de existir numa FA moderna e capaz.

Por último, é essencial apostar na formação dos vários intervenientes e deveria haver um centro de formação que tratasse não só das áreas de aplicação do vetor aéreo, mas também da coordenação com as várias entidades. Com os canais de comunicação cada vez mais curtos e rápidos é muito importante padronizar os procedimentos entre os vários agentes para que quer os pedidos de missão quer o produto final sejam da melhor qualidade possível.

Questão Q3 – Penso que o sentimento é comum às várias Esquadras quando afirmo que o CeRVI é o órgão de C2 indicado para centralizar a cooperação com as várias entidades das FFAA e FFSS. Desde a sua criação, em 2013, que se notou uma melhoria significativa nas nossas capacidades. Não só veio trazer maior complementaridade nos sistemas de armas (SA) como veio agilizar processos. Na minha ótica, o comando operacional está bem estruturado no CA, onde o CeRVI desempenha um papel essencial. O



comando tático deve ser repartido entre o CA e os SA. Refiro repartido porque com as capacidades de comunicação que os meios hoje em dia têm, permitem que os órgãos de C2 acompanhem as missões em quase tempo real, daí ser importante reforçar estes sistemas para agilizar o processo de tomada de decisão. Mas é também importante que os operadores dos SA tenham comando tático para manterem alguma liberdade de ação, especialmente quando as comunicações são ou devem ser escassas, mas para tal é importante apostar na formação conjunta e doutrina atualizada para que as decisões sejam mais padronizadas e menos intuitivas.



Apêndice E — Análise de entrevistas no EMGFA e na FAP

Tabela 1 - Apd C-1 – Análise de entrevistas no EMGFA e nos Ramos

Entrevistados	Tópicos	Informação Pertinente
1 Chefe da RSCI do CISMIL COR Valente	1.1 Sobre a Articulação das Informações militares com os serviços congêneres da FSS, no âmbito da ENCT.	1.1.1 Existem boas relações de interação com a FSS e as FFAA, e algumas delas já são regulares, nomeadamente as reuniões mensais de segurança com responsáveis dos Ramos das FFAA, CISMIL, SIS, SIED, PJ, PJM, e SGSSI. 1.1.2 Anualmente o CISMIL participa na elaboração do RASI, contribuindo com os dados relativos à segurança física da IC militares. 1.1.3 Existe colaboração com as FSS no que toca à formação, havendo pontualmente convites a elementos das FFAA para participarem em formações e exercícios militares na área das informações.
2 Chefe da Seção de CI da RSCI do CISMIL TCOR Menezes	2.1 Sobre a importância da implementação de um PAO, e se já tem conhecimento de alguma diligência nesse sentido.	2.1.1 Desconhecia que já existisse qualquer PAO, ou projeto, no entanto encaminhou para a DIPLAEM, e estabeleceu a ponte para falar com o COR Curro.
3 Área de Planos da DIPLAEM COR Curro	3.1 Sobre a existência de um projeto do PAO, e se a DIPLAEM está envolvida neste processo.	3.1.1 Fui encaminhado para a Área de Planos do CCOM, que segundo o COR Curro, era quem estava a liderar esse processo, de identificação das capacidades e meios das FFAA, para serem empregues no combate ao terrorismo.



4 Área de Planos do CCOM CMG Santos Amaral	4.1 Sobre a existência de um projeto de PAO; 4.2 Sobre a importância do PAO nas missões que já se fazem em coordenação com as FSS; 4.3 Sobre os meios e capacidades que serão empregues na ENCT;	4.1.1 Efetivamente, já desde o Exercício Lusitano 2016, que a temática está a ser acompanhada, e que o CCOM tem trabalhado no sentido de identificar e compilar os meios disponíveis para esse PAO; 4.2.1 É vital a importância de se estabelecerem relações de comando e controlo, para que se possa planear a aquisição e formação de recursos adequados e meios interoperáveis às missões de combate ao terrorismo, em colaboração com as FSS; 4.3.1 Estas já estão identificadas e constam do CEM2014, MIFA2014 e SF2014.
5 Adjunto Chefe do CeRVI MAJ Ferreira	5.1 Sobre a existência de missões em colaboração entre a FAP e as FSS; 5.2 Sobre a importância da existência de um PAO, e de que forma poderia ser útil.	5.1.1 A FAP há muito que coopera com as FSS, em missões de variada ordem. Estas quase sempre relacionadas com os SA com meios ISR, ou em apoio a eventos de alta visibilidade, Euro2014, Visita do Papa, Cimeira da NATO, etc; 5.2.1 Efetivamente é importante haver um conjunto de normas e autorizações estandardizadas por forma a evitar o planeamento ad hoc, cada vez que existe um pedido de apoio. Permitiria haver autorizações prévias que facilitassem o trabalho de planeamento, uma vez que seria apenas necessário planear a missão. 5.2.2 A articulação operacional pode ser efetuada ao nível do CCOM ou do CA, no entanto a execução e TACON deve sempre



		das UB ou SA empenhados, pois são eles que têm o controlo da missão, e será mais fácil planear e executar.
6 Chefe do GCSMFA TCOR Rodrigues	6.1 Sobre a articulação da segurança da FAP com as FSS; 6.2 Sobre a importância da segurança física das IC militares, e a ligação com as autoridades locais.	6.1.1 A FAP neste momento executa algumas missões de apoio ao nível do combate ao terrorismo, com equipas de proteção próxima, e deteção de explosivos e droga, essencialmente em IC militares e eventos cuja coordenação é efetuada pelo EMGFA, ao nível de visitas de altas entidades. De salientar a visita recente do Papa, que chegou e partiu de uma UB da FAP. 6.2.1 Esta temática para o GCSMFA é extremamente importante, pois é o órgão responsável por preparar e planear ao nível operacional, a segurança da FAP, das suas UB, e representar a mesma no CISMIL, nas reuniões conjuntas com as FSS. A ligação entre a segurança das UB e das FSS locais, é geralmente promovida pelo GCSMGFA, e revela-se de uma extrema importância.
7 Chefe da A2 MAJ Fatia	7.1 Sobre as informações militares da FAP e a interligação com as FSS.	7.1.1 A FAP, neste âmbito coordena toda a sua necessidade de informação, relativamente a avaliações e partilha de informações com o CISMIL, que legalmente é o órgão mandatado para fazer essa ligação.